

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 23-02-2017.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/017 (Processo nº 0398/17), de autoria de Aldacir Oliboni. Do EXPEDIENTE, constaram os seguintes Ofícios: s/nº, de Luiz Rodrigo Ribas, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel das Missões – RS –; nº 001/17, de André Luis de Oliveira Selistre, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha – RS –; nº 001/17, de Emerson Britto, Presidente da Câmara Municipal de Capão do Leão – RS –; nº 001/17, de Ricardo Dias de Rosso, Presidente da Câmara Municipal de Caçapava do Sul – RS –; nºs 1604, 1609 e 1610/16, de Graça Cristina Freire de Campos, Coordenadora de Filial GIGOV/PO – Caixa Econômica Federal; nºs 1699 e 1701/16 e 0007/17, de Elisiane dos Santos Reis, Coordenadora de Filial – GIGOV/PO – Caixa Econômica Federal; e nºs 1685, 1687 e 1711/16 e 0009/17, de Pedro Amar Ribeiro de Lacerda, Superintendente de Negócios – SN Governo e Judiciário Porto Alegre/RS – Caixa Econômica Federal. A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Moisés Maluco do Bem, solicitando Licença-Paternidade no dia vinte de fevereiro do corrente. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Cassio Trogildo. Às quatorze horas e vinte e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi aprovada a Indicação nº 024/16 (Processo nº 1108/16), após ser encaminhada à votação por Mendes Ribeiro e Adeli Sell. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 030/17 (Processo nº 0538/17). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 049/17 (Processo nº 0658/17), após ser encaminhado à votação por Moisés Maluco do Bem, Adeli Sell, Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga, Idenir Cecchim e Cassiá Carpes. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 050/17 (Processo nº 0659/17), após ser encaminhado à votação por Moisés Maluco do Bem, André Carús, Tarciso Flecha Negra, Airto Ferronato e Professor Wambert. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Sofia Cavedon, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 053/17 (Processo nº 0697/17), após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Airto Ferronato, Fernanda Melchionna e Reginaldo Pujol. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº

024/17 (Processo nº 0409/17). Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Marcelo Sgarbossa, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 010/14 (Processo nº 0215/14). Em Discussão Geral e Votação, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 224/16 (Processo nº 2265/16), por cinco votos SIM e vinte votos NÃO, após ser discutido por Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol, Idenir Cecchim, Cláudio Janta, Cassiá Carpes, Adeli Sell, Fernanda Melchionna, Felipe Camozzato, Rodrigo Maroni, Mônica Leal, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago, Marcelo Sgarbossa, Valter Nagelstein, Comandante Nádia, Professor Wambert e André Carús e encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Felipe Camozzato, Cláudio Janta, Valter Nagelstein, João Carlos Nedel e Marcelo Sgarbossa, em votação nominal solicitada por Mauro Pinheiro, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, este com Declaração de Voto, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Tarciso Flecha Negra, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. A seguir foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Mendes Ribeiro e Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 156/15 (Processo nº 1711/15), e foi aprovado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro e Idenir Cecchim, solicitando que essa Emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Em Votação, foi aprovada a Indicação nº 016/16 (Processo nº 0745/16), após ser encaminhada à votação por Tarciso Flecha Negra, Cassiá Carpes e Mônica Leal. Após, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 040/17 (Processo nº 0520/17), de autoria de Dr. Goulart, Dr. Thiago, João Carlos Nedel, Matheus Ayres, Moisés Maluco do Bem, Professor Wambert e Valter Nagelstein. Também, foi apregoado o Projeto de Lei do Legislativo nº 025/17 (Processo nº 0380/17), de autoria de João Carlos Nedel. Às dezoito horas e oito minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Reginaldo Pujol, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 286/16 e o Projeto de Resolução nº 001/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 010/17, discutido por Reginaldo Pujol. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Sofia Cavedon. Durante a sessão, Aldacir Oliboni, Reginaldo Pujol, Mendes Ribeiro e Marcelo Sgarbossa manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e dezoito minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Mauro Pinheiro e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, solicitando Licença Paternidade, nos termos do art. 218, inc. V, do Regimento, no dia 20 de fevereiro de 2017.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Boa tarde, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Eu venho a esta tribuna, Ver. Idenir Cecchim, para abordar o assunto que, desde ontem, está movimentando o cenário da segurança no Rio Grande do Sul, os veículos de imprensa e a sociedade gaúcha, como um todo, que é a descoberta desse túnel nas cercanias do antigo Presídio Central. A ousadia das organizações criminosas é, de tal forma, crescente e demonstra o quanto nós precisamos estar organizados para que, em conjunto, a sociedade possa combater o crime organizado. Já dizia o ex-Secretário Cezar Schirmer que jamais se poderia imaginar tamanha ousadia.

Eu queria fazer uma saudação e parabenizar a Polícia Civil, primeiramente, Emerson Wendt, Chefe de Polícia; Odival Soares, Diretor do Denarc; Mario Souza, Diretor de Investigação do Denarc; Rafael Pereira, titular da 3ª Delegacia de Investigação do Narcotráfico; os 30 policiais envolvidos na operação de ontem; e mais, todos os policiais que participaram dessa investigação. Está comprovado que, mais do que o combate nas ruas, o policiamento ostensivo, Ver.^a Comandante Nádia, o serviço de inteligência é fundamental no combate ao crime organizado. A expectativa é de que, no mínimo, 200 presos, mas talvez mil presos, pudessem escapar por esse túnel. Foi uma operação conjugada com o Ministério Público; o Judiciário, em poucas horas, autorizou que a polícia adentrasse àquela casa, que foi adquirida com o dinheiro do narcotráfico. O quanto está organizada a facção criminosa! Estima-se que, em torno de R\$ 1 milhão, foi investido desde a aquisição do imóvel até o pagamento das pessoas que estavam lá trabalhando. Oito foram encontradas lá, sendo presas em flagrante, não manifestaram resistência à prisão, estavam, na maioria, dentro do túnel. O serviço de inteligência e investigação também detectou que vagas estavam sendo comercializadas para essa fuga. Em torno de R\$ 5 mil era o preço para se ultrapassar os muros do antigo Presídio Central. Tecnologia foi empregada ali, não foi obra de amador. As imagens colhidas pela imprensa mostraram que havia sistema de iluminação, bombeamento de água, porque nós tivemos períodos muito fortes de chuva, e também refrigeração, para que pudessem trabalhar lá embaixo. Primeiramente, o serviço de investigação até achou que pudesse se tratar de uma fuga em massa na PASC, lá em Charqueadas. Depois, com o decorrer das investigações, ficou devidamente verificado que se tratava de uma tentativa de fuga no antigo Presídio Central. Tudo indica que duas alas do pavilhão B seriam as primeiras que teriam acesso a esse túnel. Logicamente que, mesmo com as manifestações mais recentes do Diretor da Cadeia Pública – o antigo Presídio Central –, do Tenente-Coronel Marcelo Gayer Barboza, que disse que eles ainda não haviam conseguido chegar até o muro do presídio, e este tem uma profundidade de oito metros, o que seria bastante difícil de conseguir ultrapassar. O serviço de inteligência conseguiu detectar e coibir essa ação antes que fosse colocado à prova a possibilidade de haver ou

não uma passagem por baixo do muro da atual Cadeia Pública de Porto Alegre, ex-Presídio Central. Então, fica aqui, mais uma vez, a disposição de ficar alerta para a segurança pública.

Na semana passada, anunciei que visitaria o Secretário de Segurança, assim o fiz. Esta semana entreguei a ele o relatório do nosso Comitê Permanente de Segurança, trabalho que realizamos ao longo de todo o ano passado. O Secretário comprometeu-se de estar presente em uma audiência pública que iremos marcar, aqui na Câmara Municipal, não temos data ainda, deixamos os melhores dias para realização da audiência, mas ficamos à espera da agenda do Sr. Secretário, que já disse que estará presente a esta audiência pública.

Para finalizar, eu gostaria, mais uma vez, de enaltecer o serviço dos órgãos de segurança, mas, em especial, da Polícia Civil, que deu uma demonstração, apesar de todas as dificuldades, de toda a falta de condições, de toda a precariedade que está colocada à área da segurança, e não é só no Rio Grande do Sul, é no País inteiro, que ainda existem homens da segurança comprometidos com a população de Porto Alegre, que estão cumprindo com o seu papel e estão conseguindo fazer com que não aconteçam fugas em massa, como estava previsto neste túnel que estava sendo construído no entorno do antigo Presídio Central.

Parabéns a Polícia Civil, e que Deus continue nos iluminando para que tenhamos mais condições de combater o crime organizado no nosso Estado, em especial na Capital de todos os gaúchos. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h28min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

INDICAÇÃO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

IND. Nº 024/16 – (Proc. nº 1108/16 – Ver. Mendes Ribeiro) – ao Governo Municipal, que sugere “que sejam feitas campanhas de conscientização à população, principalmente aos pedestres, através de peças publicitárias, redes sociais e *blitz* educativas, sobre a utilização exclusiva das ciclo-faixas para bicicletas”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 024/16. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 024/16, como autor.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em alusão ao dia 25 de março, que cai no sábado, Dia Municipal do Ciclista e incentivo ao uso de bicicleta, eu pedi para autorizar esse meu projeto indicativo para a Sessão de hoje, um projeto indicativo para campanhas de conscientização e utilização das ciclofaixas, principalmente para os pedestres. Por que isso? Porque me preocupa muito o mau uso das ciclofaixas em Porto Alegre, eu vejo pessoas fazendo esporte, caminhando, correndo, vejo mães com carrinhos de bebês e pedestres caminhando nelas. E nós sabemos que a cultura da bicicleta e da ciclofaixa é relativamente nova em Porto Alegre, nós sabemos que as peças publicitárias são caras, então o meio mais fácil e mais barato para essas campanhas é pelas redes sociais da Prefeitura e das secretarias. Eu trouxe um dado aqui de que a Prefeitura, no Twitter, tem 187 mil seguidores; o Facebook da Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem 51 mil seguidores; a EPTC tem em torno de 277 mil seguidores. Nós sabemos que as redes sociais constituem-se num grande potencial para disseminação de campanhas educativas. Temos que orientar, temos que educar para evitar uma possível tragédia e que possamos ter a ciclofaixa sendo usada de maneira devida.

Então, peço o apoio dos nobres colegas para que a Prefeitura possa, sim, trazer essa campanha à tona e que possamos conscientizar as pessoas do bom uso das nossas ciclofaixas. Muito obrigado, bom trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 024/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, caríssimo Mendes, eu iria além da publicidade das ciclofaixas, mas, fazendo nas ciclofaixas, como elas estão bem espalhadas por algumas áreas centrais atualmente, nós faríamos um grande serviço para a cidade de Porto Alegre. Eu fico pensando: qual orientação é dada para alguns agentes de trânsito? Ali no Centro, por exemplo, vamos pegar na frente da Prefeitura. As pessoas vão caminhando pela ciclofaixa como se fosse a calçada. Por que isso acontece? Porque a calçada está ou quebrada ou privatizada por alguém. A privatização do espaço público, a falta de educação com o outro é algo fenomenal. Acabo de receber um vídeo da R. Dom Pedrito, Bairro IAPI. Não tem ciclo-faixa. Uma ruela estreitíssima, como a maioria das ruas no IAPI. Um sujeito estaciona sete, oito ônibus de ponta a ponta da ruela. Pergunta se alguém consegue passar com um carro de um tamanho um pouco maior do que o normal, um carro popular. Nada. Eu vejo a ciclofaixa, lá no Barra Sul, sendo utilizada por ciclistas, pessoas caminhando, esqueitistas, senhoras dirigindo seus carrinhos de bebês... Gente, em que cidade nós estamos vivendo?

Pablo, é um bom mote, um bom encaminhamento que o senhor sugere para a Prefeitura fazer essa campanha. Eu acredito que, com a presença da Comandante Nádia aqui, que tem uma tradição que vem da Brigada Militar, nós podíamos nos oferecer a fazer um encontro com aqueles agentes de trânsito em função de organizar a

Cidade. A Comandante Nádia, como tem gente na Guarda, poderia dar uma aula magna, agora a moda é masterclass, para os agentes. Não estou debochando; estou falando seriamente. Porque, às vezes, numa corporação, ocorre uma rotatividade impressionante com os agentes de trânsito, é muito *turnover*, rotatividade, um entra e sai. Nós não temos um preparo efetivo. Comandante, quem sabe, aqui, alguns Vereadores, puxados por V. Exa, pudessem enviar uma carta ao Sr. Marcelo Soletti, sujeito da corporação, que é da EPTC, que está assumindo este abacaxi no momento. Como disse o Matheus, dias atrás aqui, nós temos que fazer um processo colaborativo. E se é para trabalhar para o bem da Cidade, vamos mostrar que, sim, como Monstesquieu nos ensinou, nós temos a separação do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, mas nós precisamos ter algum ponto de encontro, porque hoje não temos; nós temos desencontro. Quando precisamos do Ministério Público, por exemplo, com a privatização do Centro da Cidade – que está tomado, ninguém consegue caminhar –, o Ministério Público não existe. Agora, em outros momentos, para entrar na confusão, o pessoal está presente e tem militância, porque hoje nós temos uma militância no Judiciário incrível. Essas são algumas questões que eu levanto, e o Ver. Mendes Ribeiro nos dá essa condição. Então eu fiz uma provocação à colega, Ver.^a Comandante Nádia, quem sabe não conseguimos evoluir. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 024/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 030/17 – (Proc. nº 0538/17 – Ver. Professor Wambert e outro) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Revisão Legislativa - REVOGAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 030/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 049/17 – (Proc. nº 0658/17 – Ver. Moisés Maluco do Bem) – requer a constituição da “Frente Parlamentar em Defesa do Arroio Dilúvio”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 049/17. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/17, como autor.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, nobres colegas, rapidamente, apenas para dizer que a gente teve um longo debate com o grupo que tecnicamente nos auxilia, o Grupo Rede de Ação Social Malucos do Bem, e nós temos uma ferida aberta na cara do porto-alegrense, como eu chamo. É assim que eu enxergo o nosso arroio Dilúvio, que tem suas nascentes, 80% delas, um pouco mais, na região onde a Malucos do Bem atua, na região Leste, no entorno do Parque Saint'Hilaire, Vila dos Herdeiros, Cafunchos, Moro dos Índios, Santa Paula. Eu pedi a palavra para deixar claro que a gente vem discutindo um regramento dessas frentes parlamentares, por isso se pensou muito antes de apresentar esse Requerimento, acreditamos que essas frentes parlamentares precisam ter uma programação mínima, e precisamos seguir e exigir isso de nós mesmos.

Então nós temos uma programação mínima de reuniões abertas, discussões, debates e propomos também fazer um relatório final anualmente, trazendo autoridades para discutir o tema da recuperação. Sabemos que houve um grande trabalho, no ano de 2012, feito pela PUC, pela UFRGS, pela Prefeitura de Porto Alegre, pela Prefeitura de Viamão, e nós queremos trazer o debate sobre a recuperação do arroio Dilúvio para esta Casa, trazendo, inclusive, autoridades para elucidar o que pode e o que não pode ser feito para tratar o que eu chamo de ferida na cara do porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/17, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Ver. Moisés, o Dilúvio, de fato, tem sua nascente onde V. Exa. acabou de explicar, mas a maioria das pessoas não tem ideia disso. As pessoas acham que ele nasce na Ipiranga, como se fosse por geração espontânea e que, de repente, explode um arroio daquele tamanho. Não, as nascentes estão lá em cima, lá no Centro Agrícola Demonstrativo da Prefeitura, no CAD, há algumas vertentes que vão descendo, vão compondo os arroios, o arroio Taquara e todos aqueles arroios da região. Mas tem o seguinte, Oliboni, V. Exa. que tem um trabalho em toda aquela região da Lomba do Pinheiro, nós temos uma barragem. E aí vem uma questão que eu sempre coloco em discussão aqui, até que ponto você é de fato um ecologista? Até que ponto de fato você é alguém que luta pela sustentabilidade, Alex? Nós temos aquela proliferação de marrequinhas, que é uma planta, só que, quando dá uma chubarada, tudo vem arroio abaixo e vai levando tudo pela frente: o pontilhão que liga com Viamão e as casas ali no Cafuncho vão tudo para o chão. Certa feita, Oliboni, vinte e poucas famílias ficaram desabrigadas.

Então, temos de pensar, e por isso vamos apoiar a sua frente parlamentar, em fazer uma visita *in loco*, lá na ponta – o Ver. Prof. Alex Fraga tem de ser convidado, ele é biólogo, entende do assunto muito mais do que nós todos juntos –, para que possamos discutir, inclusive, com os técnicos da Prefeitura, como ali tem a questão pluvial, com o DEP; a questão ambiental, com a Secretaria de Sustentabilidade Ambiental; e, num jogo claro, ver o que pode e o que não pode. Não tem essa história de um ficar fazendo discurso de tirar as marrequinhas e o outro dizer que não pode tirar porque detona com a natureza. Não, não pode ser assim, tem de ter uma solução plausível. Se a proposta da frente parlamentar resolver este problema do arroio Dilúvio, lá da ponta, nós já estamos caminhando bem.

Segundo, um sujeito, daqui, criou um mecanismo de barrar a sujeira no Dilúvio. Temos que chamar esse cidadão, discutir com ele como vamos trabalhar e fazer uma campanha ambiental. Eu falei isso com o Álvaro de Azevedo, não sei se os colegas Vereadores conhecem o novo diretor do DMLU, Dr. Advogado. Coloquei para ele que nós temos que fazer campanhas educativas e não ficar só na expectativa de que o DMLU tenha essas condições. O DMLU teve o maior número de servidores aposentados no último período. É um departamento com pouca qualificação profissional, muito menos institucional, com todo o respeito. Então nós precisamos da sociedade civil, que foi ativíssima em Porto Alegre. Quantas associações de moradores, pergunto para V. Exa., para o Ver. Barbosa e para o Oliboni... Isso para citar dois vereadores com forte inserção na Lomba do Pinheiro. Dezenas de associações. Agora nós temos um Conselho Popular da Lomba do Pinheiro. Faz tempo, eu sei. Também não sou daqueles que passam a mão, eu louvo, e inclusive o Giovani faz um belo trabalho de aglutinação das entidades, mas não basta. Tem que ter muito mais. Tem que ter a sociedade civil, que não são apenas aqueles militantes de vanguarda, de oposição, da situação, que vão ficar batendo boca em reunião. Nós vamos mobilizar, nós temos que estar junto com a população. Por isso quero aqui, em nome das oposições, e creio que falo em nome de nossa Bancada do PT, pela Bancada do PSOL e especialmente do Ver. Prof. Alex, pois acredito muito no trabalho dos biólogos, afinal de contas tenho um professor de biologia me guardando e me sustentando na minha bancada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras, Ver. Moisés, ao tratar do tema do arroio Dilúvio, lembro uma matéria da semana passada sobre Ipanema e balneabilidade. É um material que eu buscava agora, mas não consegui trazê-lo neste momento exato, para discutir com os senhores e as senhoras, porque eu acho que o tema do Dilúvio não é só a ponta do *iceberg*, mas a ponta de uma rede que alimenta nossa Cidade, que está ainda extremamente contaminada, mas que tem nascentes limpas nos

nossos morros, e que tem e teve, pelo menos teve a perspectiva de chegar a uma grande balneabilidade a partir do Programa Integrado Socioambiental – Pisa. E a Lomba do Pinheiro, que é a que mais alimenta o nosso riacho Ipiranga, o arroio Dilúvio, já teve grandes investimentos. A nossa bancada chegou a visitar, Ver. Adeli, a adutora construída, um grande investimento que foi feito na Lomba do Pinheiro, que está despotencializada. E aqui quero sugerir que esta frente parlamentar vá verificar este grande investimento, para onde deveriam ter sido canalizados os esgotos sanitários de todas as moradias. Tem que fazer um programa de educação, tem que fazer um programa de estímulo, tem que fazer um programa de fiscalização, para não permitir mais nenhuma instalação de moradia sem usar aquela adutora. Ou seja, nós afirmamos: desde o final do Governo Verle, nós já tínhamos colocado alguns quilômetros de separação do esgoto cloacal do pluvial, na Lomba do Pinheiro. A Lomba do Pinheiro tem um grande planejamento integrado realizado, Ver. Adeli. Nós votamos nesta Casa o Programa Integrado Socioambiental, da Lomba do Pinheiro. Um plano elaborado por técnicos no nosso Planejamento, elaborado no diálogo, nas entrevistas, no estudo com as lideranças comunitárias da Lomba do Pinheiro, com universidades, com escolas, com projeção, portanto, de um parque longitudinal na beira dos arroios que alimentam o arroio Dilúvio, enfim, há planejamento. Esta Cidade é carente de planejamento, mas, para a Lomba do Pinheiro, portanto, para muito da poluição que incide sobre o arroio Dilúvio, tem planejamento e já teve investimento. Então, é um trabalho que dá para fazer muito sério, para chegar à conclusão onde é que ainda não funcionou.

De outro lado, o Programa Integrado Socioambiental, que prometia chegar a 70% do esgoto tratado na cidade de Porto Alegre, não consegue ainda obter resultados próximos a isso, nem em Ipanema ou naquela área da Zona sul que estaria toda coberta pelo Pisa, que tem uma penetração muito grande. Nós fizemos críticas à remodelagem, que levou os primeiros quatro anos do Governo Fogaça. Foi feita uma reengenharia do Programa Integrado Socioambiental, e uma das questões que nós levantamos era que estavam tirando do programa a retirada de famílias da beira de alguns riachos. E teve uma outra polêmica muito grande, que foi da distância do emissário da água ou do esgoto no seu estágio final, depois do tratamento. Foi uma polêmica muito grande! A Fepam tinha discordância do DMAE. O DMAE acabou contratando, o Pisa acabou gastando dinheiro com uma consultoria de São Paulo, para provar que podia jogar perto, ou digamos, na bacia de Ipanema, Ver. Prof. Alex Fraga, e que não traria poluição às águas do Guaíba. O plano inicial do Programa Integrado Socioambiental era jogar mais lá na frente, no canal.

Então, eu encerro provocando aqui, o Ver. Moisés é um Vereador novo, é morador da Lomba, tem que recuperar estes dois grandes investimentos: o Pisa e os investimentos que já aconteceram na Lomba do Pinheiro, todo plano integrado da Lomba do Pinheiro, e partir dali, porque ali a Cidade tem planejamento e teve investimento. Nós temos que ver onde furou, pois nós continuamos poluindo o arroio Dilúvio. Senão, nós vamos fazer belos discursos “olha a dragagem, que beleza”, mas, de fato, estamos desperdiçando recurso público, porque algo não deu certo e nós

precisamos identificar. Se esta frente identificar, fizer o diagnóstico correto, vai ajudar o Governo a acertar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias. Eu gostaria de inicialmente parabenizar o Ver. Moisés Maluco do Bem pela proposta desta frente parlamentar dedicada a um trabalho tão delicado. O maior arroio de Porto Alegre, que cruza a nossa Cidade desde a Zona Leste até desaguar no Guaíba, há muitos anos não apresenta o mínimo de qualidade nas suas águas. Obviamente, guardadas as devidas proporções, nós podemos fazer um comparativo com o que ocorreu em Londres com o rio Tâmsa – guardadas as proporções. O rio Tâmsa deixou de ter água potável no século XVII, mais ou menos pelos anos de 1610, desde então só piorou, principalmente com a questão da industrialização, Revolução Industrial. Um pouco antes da década de 1960, o rio Tâmsa foi considerado biologicamente morto porque não continha nenhuma espécie de animal em suas águas – biologicamente morto. Em menos de 50 anos, depois de feito um trabalho muito dedicado, muito atencioso e obviamente com bastante investimento, esse rio reviveu. Ele é o grande exemplo para todas as cidades mundiais de que há possibilidade de recuperação da nossa natureza e da qualidade de vida dos cidadãos. Portanto, um trabalho sério voltado à preservação e à devolução das condições salubres para o arroio Dilúvio é um ponto de partida para que nós tenhamos a balneabilidade ampliada do nosso próprio lago Guaíba, porque é impossível gastar grandes somas de dinheiro para a recuperação do lago Guaíba quando há um despejo contínuo e diário de toneladas de detritos e esgoto cloacal *in natura*, via arroio Dilúvio, em suas águas. É rasgar dinheiro. Eu confesso que, há alguns anos, quando li a proposta da construção desse emissário aquático, referido pela Ver.^a Sofia, do Programa Socioambiental, eu me arrepiei. Lembrei-me da cidade do Rio de Janeiro, que tem emissários marítimos que desovam esgoto cloacal sem grande tratamento no meio do oceano, a quilômetros da orla; obviamente isso não fere a cidade diretamente, mas vai ferir o mar e, por consequência, terá reflexos na sua população. Então, é só transferir a bronca para mais longe: ao invés de o Rio de Janeiro ser a única cidade afetada, afetam-se todas as cidades litorâneas das proximidades, o que é lastimável. Então, eu fiquei com muito receio de que Porto Alegre recaísse nessa mesma lógica: jogar os detritos, o esgoto cloacal, para o meio do canal de navegação e jogar os nossos resíduos para toda a Lagoa dos Patos. Terrível!

Ver. Moisés, sou parceiro, votarei favoravelmente, participarei da sua frente parlamentar, com muito orgulho, e quero dedicar também boa parte da atenção, dedicarei o meu tempo e o tempo dos meus assessores para contribuir no que for possível com o seu trabalho. Uma outra coisa que precisamos também pensar para a

nossa Cidade é a questão das campanhas de conscientização que outros Vereadores mencionaram aqui, porque não basta o investimento público, nós temos que ter também a consciência coletiva do nosso cidadão, das nossas crianças, dos homens e das mulheres deste Município de que as atitudes individuais também são muito significativas para a preservação e manutenção da qualidade da nossa Cidade. Infelizmente não há essa consciência coletiva, os professores tentam fazer um trabalho de formiguinha nos seus espaços escolares, mas, infelizmente, não temos todo o apoio necessário da sociedade. Parabéns, mais uma vez, somos parceiros, vamos unir forças para essa demanda, que já é histórica, visto que o nosso arroio Dilúvio já foi, inclusive, um arroio de navegação, utilizado por embarcações. Lamentavelmente, hoje, ele se destina, única e exclusivamente, a escoar parte das nossas fezes, atravessando a Cidade. Então uma boa tarde de trabalho a todos. Vamos aprovar a sua frente e vamos nos dedicar a esse tema tão sensível. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ver. Moisés, cumprimentos por essa preocupação. Eu não moro na Lomba do Pinheiro, mas sei do trabalho de V. Exa. lá. Escutando a Ver.^a Sofia, tem lá um conselho popular, não lembro o nome, mas lembro que, na época em que o Todeschini era Presidente do DMAE, o conselho só servia para onde tinham os companheirinhos, para levar água... depois sobrou mais um monte de coisas. A Vereadora também disse que houve investimentos. Foram perdidos, então, porque ninguém notou, ninguém ficou sabendo. Eu acho que serve, sim. Agora, independente do que foi no passado, acho que estamos em uma nova época de fazer o entendimento para o bem – V. Exa. é o Maluco do Bem! –, está na hora de fazermos uma convergência para acertar essas coisas. Houve Vereadores, como o Ver. Carús, que fizeram intervenções no Dilúvio para recuperá-lo. Eu acho que isso, sim! Nós temos que somar o que já foi feito, o que não foi feito, porque assim a gente sabe o que não se deve fazer, e fazer uma grande conscientização para esse arroio Dilúvio, que já foi um rio. Foi um rio e perdeu, depois que colocaram ele em linha reta, lá de cima até aqui, antes, ele era cheio de curvas. Eu aprendi com um especialista, um engenheiro paraguaio, que explicou por que o Pantanal tem todas aquelas curvas: se fosse tirada alguma daquelas curvas, secaria o Pantanal. A natureza é tão perfeita, que ela mesma cria as suas retenções para não dar muita vazão de água. Sabe-se lá se não precisa alguma coisa lá na nascente do arroio até aqui na foz, onde ele deságua no Guaíba.

Acho que sim, temos que fazer um mutirão, uma frente parlamentar, mesmo que seja desculpa, mas que se discuta o arroio como um todo, da nascente até a foz, para mostrar o resultado à população, o que acontece no final com o coitadinho do nosso arroio Dilúvio. Precisamos nos olhar na água, que ela seja limpa. Isso é para a Cidade.

Não é só para o DLMU fazer limpeza, para o DEP fazer dragagem. Isso é um rio que temos que recuperar. Temos que recuperar e proteger as nascentes e deixar o rio com vida até a foz. A vida do arroio Dilúvio está no fim, tem pouco oxigênio. Vamos proteger o que ainda resta. Quem sabe uma boa oxigenação dê vida a ele. Temos que cuidar também de tantos outros arroios e nascentes que temos na Cidade e que esse sirva de exemplo. Temos que preservá-los e fazer reverência a eles. Se cuidarmos das nascentes com o carinho que elas merecem, vamos cuidar do curso e vamos ver aqui na foz toda a sujeira que chega no rio Guaíba, no nosso lago. Assim começamos a ajudar a metade do socioambiental com o arroio Dilúvio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, estamos discutindo neste momento o Requerimento do Ver. Moisés Maluco do Bem, que requer a instalação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Arroio Dilúvio. Eu quero dizer que V. Exa. teve uma ideia boa, embora eu entenda que a Casa está exagerando nas frentes parlamentares. Mas esta frente parlamentar, eu quero ler aqui, é muito importante, para ter um embasamento, uma noção de que a presente proposição tem por objetivo uma programação mínima entre suas atividades, a realização de três reuniões abertas, anuais, de apresentação e discussão do tema, duas palestras, e um relatório anual das atividades envolvidas, para análise, discussão e implementação da política pública. Quer dizer, um calendário enxuto, que vai dar uma continuidade, até porque nós precisamos, sem dúvida, revitalizar essa parte. O que me chama a atenção aqui, no seu diagnóstico, é que existem apenas cinco travessias de pedestres, e isso é até negativo, porque o arroio Dilúvio corta uma região da Cidade, onde o outro lado quer passar para o outro lado, muitas vezes. Então, cinco travessias é pouco. Eu fui Secretário de Obras, e uma delas eu ajudei a fazer, que foi lá, quase no final, onde há aqueles blocos, o pessoal quer passar de um lado para o outro, não há integração, portanto. Então, a questão poderia ser também dialogada: que benefício traz, por exemplo, essa travessia de pedestre, na integração de um lado com o outro, ou um comércio que tem num lado e não tem no outro. Isso valoriza o comércio, faz a integração.

Eu vejo com bons olhos essa frente, mas acredito que serve aqui como embasamento de que nós podemos, em alguns aspectos, ter a noção de que há a necessidade de discutir e valorizar as comissões. Outros, num levantamento enxuto como esse, a médio prazo, se pode, sim, fazer frente parlamentar, cada caso é um caso. O que não pode é nós nos distribuímos aqui, a maioria dos Vereadores ou quase todos, em várias frentes parlamentares, em que não se pode acompanhar uma nem fortalecer a outra. Ou seja, perde a conotação de valorização de uma frente parlamentar. Então, eu digo que a ideia é boa, mérito é muito salutar, mas nós devemos ter muito cuidado

nessas frentes parlamentares, para não fazer com que não tenha aquilo que é previsto, que é a valorização da frente parlamentar, com a presença dos Vereadores, de lideranças comunitárias, de autoridades, de órgãos públicos vinculados a questão, como no caso do arroio Dilúvio.

Parabéns, vamos apoiar. Eu acho que é uma travessia pela Cidade que chama atenção, vai até Viamão. Na Assembleia, se não me engano, o Ver. Oliboni fez uma comissão parlamentar nesse sentido para duplicar aquela questão. Então, acredito que é muito bem-vinda essa discussão, para que nós possamos desmistificar essa questão: se o Dilúvio é bom para Porto Alegre, se é ruim para Porto Alegre, como fazer para melhorar a qualidade da água e, automaticamente, fazer com que se torne um ponto turístico, por que não? Parabéns! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 049/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 050/17 – (Proc. nº 0659/17 – Ver. Moisés Maluco do Bem) – requer a constituição da “Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico da Capital”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 050/17. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde; queria rapidamente agradecer a participação dos Pares que me antecederam falando na Frente Parlamentar do arroio Dilúvio. Sei que o tempo é para falar sobre a Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico, mas eu não posso deixar de agradecer os que me antecederam, dizendo que a questão do arroio Dilúvio, para nós, é muito importante, Presidente. Ouvindo os Vereadores que nos antecederam, o Ver. Adeli, a Ver.^a Sofia, acompanhamos essa questão das macrófitas, anualmente, na época de chuvas, transbordar a barragem do Parque Saint’Hilaire, atingindo a casa das pessoas. Não posso deixar de registrar a saudade que tenho do líder comunitário da Vila dos Herdeiros, o presidente da associação de moradores, o Jorge Ligeirinho, que muitos aqui conheceram e que, de uma maneira bruta, não está mais entre nós. Acompanhei todo esse trabalho e na Assembleia, Ver. Oliboni, tive a oportunidade de participar da organização da Comissão de Pagamentos e Serviços Ambientais; fui na Agência Nacional das Águas tentar recursos para as nascentes do arroio Dilúvio. Então, a gente

acha que pode contribuir tecnicamente, com muita ajuda dos senhores, trazendo também pessoas para discutir. Inclusive, as Prefeitura de Porto Alegre e Viamão estiveram na Coreia, vendo a questão do arroio da Consciência, que também foi recuperado. Onde havia autopistas construídas em cima do arroio, com um novo conceito, essas autopistas foram destruídas em Seul e, hoje, servindo de exemplo para o mundo inteiro. Então, muito obrigado aos que me antecederam.

Sobre a Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico, a minha família, há mais de 60 anos, tem residência ali, onde também tive a oportunidade de morar por muitos anos. Infelizmente, todos sabem que, desde a epidemia do *crack*, desde a questão do descontrole da fiscalização, desde que o Centro começou a se deteriorar, todos os Vereadores falam dessa questão. O Ver. Idenir Cecchim é uma autoridade nessa questão de fiscalização do Centro de Porto Alegre, do resgate do Centro Histórico de Porto Alegre, que, infelizmente, está numa situação, digamos, de UTI. Então a frente vem com essa tarefa também. Eu concordo com o Ver. Cassiá quanto a regularmos as frentes, sei da importância da COSMAM, com seu Presidente, Ver. André Carús, que gentilmente trouxe a questão do arroio Dilúvio como um dos temas a serem debatidos, mas é um tema que podemos também trazer a sociedade civil para discutir, como técnicos, organizações não governamentais, para sugerirem soluções para o Centro de Porto Alegre, que é o coração da Cidade. Da mesma forma que interpreto o arroio Dilúvio como uma ferida aberta na cara do porto-alegrense e todas as suas questões sobre as quais eu poderia ficar horas falando, o Centro de Porto Alegre é o nosso coração. Então fizemos essa proposta com a esperança de enfrentarmos esses problemas, acharmos soluções tanto de fiscalização como para os moradores que não têm mais paz. A minha mãe reside na Rua Marechal Floriano, quase esquina com a Rua Riachuelo, e tem um horário em que ela não pode mais entrar nem sair do seu prédio, tamanha é a crackolândia em que se transformou a porta do prédio. Portanto, devemos discutir as padronizações, talvez as calçadas e a manutenção delas, porque hoje um carrinho de bebê tem dificuldade de passar, uma pessoa pode se lesionar, é um ambiente da Cidade que tem moradias de pessoas idosas... É a velha discussão, vamos tentar lutar pelo velho Centro Histórico que gostaríamos de ver bem novamente.

Quero, em especial, abrir este espaço para agradecer aos Pares, que vêm acompanhando o nascimento da minha filha, agradeço de coração a todos vocês. Ela ainda tem uma batalha pela frente, e eu queria saudar o pessoal da UTI neonatal do Hospital Moinhos de Vento pelo atendimento e pelo carinho que todos estão tendo com a minha filha. Agradeço o carinho e a solidariedade dos Pares ao que a minha família vem passando. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, as duas iniciativas de criação de frentes parlamentares, de autoria do Ver. Moisés, são de extrema importância para a Cidade, porque elas consideram o aspecto local e a necessidade de aprofundamento do debate sobre políticas públicas, ações do próprio Poder Legislativo e do Executivo e, por que não, da iniciativa privada. Nessa minha manifestação, vou me ater ao requerimento que propõe a criação da Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico da Capital.

Recuperar o Centro Histórico não é atacar os governos ou o Governo que hoje está administrando a Cidade. É um esforço conjunto e não depende só do Poder Público, vários atores da sociedade devem fazer a sua parte. Mas quero aqui destacar alguns pontos que devem compor e vão certamente ser objeto de debates nessa frente parlamentar. E queria saudar aqui o bairro vizinho ao Centro Histórico, que está representado aqui pela Dona Olete, que preside a Associação de Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus, e cumprimentar pelas recentes iniciativas da entidade. Conte conosco aqui, na Câmara de Vereadores.

Nós temos tratado muito do Viaduto Otávio Rocha, que continua sem nenhuma das providências que foram solicitadas aos órgãos da assistência, da segurança, da limpeza, da iluminação pública. Não houve nenhum retorno, nenhuma resposta, nenhuma atitude foi tomada com relação ao Viaduto Otávio Rocha. Ontem recebi um novo relato de uma moradora da escadaria: o porteiro do Teatro de Arena foi esfaqueado anteontem ali. Esse é um problema relacionado com o Município, nas áreas que lhe compete, mas também é um problema de segurança pública, mas, em primeiro lugar, a Prefeitura deve fazer a sua parte. Temos no Centro Histórico um outro problema muito sério, que é a Praça da Matriz, tão ou igualmente ocupada de maneira irregular por essas pessoas, onde muitos estão em situação de rua, são dependentes químicos, são doentes mentais, mas muitos ali estão se aproveitando dessas pessoas que estão em vulnerabilidade social para cometer os seus crimes. E ali cometem vários delitos, portam armas, facas e acabam amedrontando toda a população do entorno.

Mas também há coisas boas no Centro, uma delas é a Praça Júlio Mesquita, que recentemente foi entregue, no mês de dezembro, à população e tem sido sucesso de ocupação qualificada, também pela beleza que é o espaço, e não somente os moradores do Centro, mas a população de Porto Alegre tem, nos finais semanas, nos dias de sol, utilizado aquele espaço com academia ao ar livre, equipamentos bons que estão ali para serem usufruídos pela população.

Vou encerrar o tema que hoje, talvez, possa iniciar uma discussão profunda da frente parlamentar. O Ver. Cecchim foi o responsável pela retirada daqueles camelôs que tomavam conta não só da Rua da Praia, mas também das suas imediações, Praça XV, Rua Otávio Rocha, com a construção do Camelódromo. Sexta-feira passada, eu tenho um projeto do meu mandato chamado “Gabinete no Bairro”, estávamos na Esquina Democrática, e boa parte das pessoas que ali foram conhecer o expediente externo do nosso gabinete reclamaram do elevado número de ambulantes que estão ocupando o Centro da Capital. E qual foi a minha surpresa quando eu e integrantes da equipe do meu gabinete questionaram alguns dos ambulantes? Muitos ali têm

autorização para comercializar produtos na Rua da Praia. Tem um brechó que está todo dia na Esquina Democrática e tem autorização do órgão competente; e outros tantos que não vamos citar para não tomar o tempo. Então, como é que isso acontece se tem um camelódromo e se existem restrições legais? Hoje quem menos usufrui a Rua da Praia é o cidadão de Porto Alegre, porque ele não tem como nela caminhar, somado ao medo que se implantou por conta da segurança, Ver. Tarciso – que é morador e conhece bem o Centro da Capital –, quem menos usufruiu a Rua dos Andradas é o cidadão de Porto Alegre – os lojistas também perdem muito com isso.

Então, quero renovar os meus cumprimentos pela iniciativa, acredito que essa frente parlamentar vai, sim, discutir Porto Alegre, porque, muitas vezes, aqui na Câmara, parece que nós estamos no Congresso Nacional discutindo alguns temas, ou na ONU, muitas vezes, e nós temos que considerar o aspecto local. E recuperar o Centro Histórico é um desafio da Prefeitura, resgatar aquilo que já foi feito. O Camelódromo é um empreendimento bem-sucedido de parceria privada, de apoio público, mas ele precisa ser conhecido por aqueles ambulantes que não querem se subordinar à regra nenhuma. Então, nós temos que – e o primeiro encaminhamento é esse – limpar geral, tirar todas as licenças dos ambulantes, recadastrá-los e fazer com que o Centro de Porto Alegre seja devolvido ao cidadão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, todos os que nos assistem, eu também quero aqui cumprimentar o Ver. Moisés. Parabéns. Eu moro, há quase 17 anos, no Centro. O Centro, com o pouquinho que ele tem, é tão lindo. Eu fiquei atento à fala do nosso Ver. Carús também. Que Centro maravilhoso! Que cartão postal de Porto Alegre! O Centro é o cartão postal da nossa metrópole, da Capital dos gaúchos. Eu caminho muito no Centro, vou até o Mercado Público, em dias de jogos, de GreNal, eu passo na Pç. Brigadeiro Sampaio, perto da Usina do Gasômetro, um lado vermelho, outro lado azul, pessoas fazendo churrasco, o convívio desse povo, e o que eles pedem é uma praça com segurança, limpa, com quadras poliesportivas. É pouco o que o pessoal do Centro pede. Revitalizar a Rua da Praia é a limpeza, é a iluminação, a qual cansamos de pedir que se tenha mais cuidado com a iluminação da Rua da Praia, de todo o Centro. A iluminação é segurança também. Nós temos ali pontos lindos, como Mário Quintana, Igrejas, Usina do Gasômetro, hoje com uma praça linda. Quero parabenizar também, mas dizer que as outras praças no Centro também têm que ser revitalizadas. Temos que ter um olhar para o Centro Histórico, o Centro de Porto Alegre, Mercado Público, tudo isso é o Centro de Porto Alegre. Desde o meu primeiro mandato, eu faço muitos Pedidos de Providências, pois, como Vereadores, somos fiscais de Porto Alegre, para que o Poder Público tenha um olhar... não que não olhe para a Restinga, mas que tenha um olhar mais profundo

para o Centro, pois é o centro de convivência de todos os bairros, principalmente o Mercado Público e a Esquina Democrática. Aquele pedaço ali é o coração da capital Porto Alegre.

Quero dizer, Ver. Moisés Maluco do Bem, meus parabéns! Vou encaminhar junto com V. Exa. pela constituição da Frente Parlamentar de Recuperação do Centro Histórico da Capital. E já vou falar para os meus amigos lá que vamos ter um Centro bonito, se Deus quiser. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero trazer, preliminarmente, o nosso abraço ao Ver. Mendes e Ver. Wambert pelos requerimentos aprovados, que não falei até porque reservei meu espaço de tempo para falar agora, e trazer aquele abraço ao nosso Ver. Moisés pela proposta do Centro Histórico. Lá em 2009, 2010, fizemos uma revisão no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e eu fui o Relator-Geral do Centro Histórico e do Cais Mauá. E é por isso que estou aí para te cumprimentar e dizer da importância dessa nossa frente que vai tratar do Centro. E o Centro tem algumas características importantes aí, belíssimas por sinal, e muitas áreas mal cuidadas que podem mudar bastante.

Vou começar com o Cais Mauá. Ali no Cais Mauá, apresentei algumas propostas, vou citar duas, e já vamos linear com o Camelódromo, nosso Centro de Compras. A ideia que temos aprovada é a seguinte: fazer uma ligação, uma passarela Cais Mauá até o Camelódromo, para unir o moderno ao popular. E com isso nós intensificaríamos o ingresso das pessoas pela zona do rio, na outra direção, porque hoje se entra muito pela Av. Voluntários da Pátria. Essa é uma demanda antiga dos camelôs que ali estão. A segunda das nossas propostas foi para o Cais Mauá, que é a construção de um Centro da Juventude. Ou seja, utilizar uma parcela do pavilhão como um espaço para todas as manifestações de todos os tipos: esporte, lazer, música, dança, a cargo da juventude, um espaço para eles. Com isso, daríamos um salto no que fazer para os jovens. E está aprovado, ambos estão aprovados, vamos acompanhar.

Aqui no Centro Histórico, no perímetro da UFGRS, Rodoviária, Centro, temos mais de cem instituições de ensino, se levarmos em conta o nível superior, o pós, o mestrado, as faculdades, o ensino médio, concurso, curso profissionalizante, inclusive a educação infantil. De noite, no Centro Histórico de Porto Alegre, transitam muitos milhares de pessoas, profissionais da educação e alunos essencialmente, além daqueles que ali trabalham. Nós temos outra lei aprovada para que se faça, com cuidado, um caminho do ensino. Aí tu farias um caminho para a nossa cultura/ensino de Porto Alegre, unindo, sinalizando com melhor iluminação, etc, todas as nossas instituições de ensino que ali estão.

E relação ao nosso viaduto, encaminhamos um projeto de lei para criar um fundo para o viaduto, mas, por uma série de questões, foi vetada a proposta. Eu digo o seguinte, meu caro Moisés, vamos começar ali do Pontal do Estaleiro: temos essa orla toda, *shopping*, prédios, Beira-Rio, temos aqui o Parque Marinha, agora essa orla revitalizada, o Gasômetro, o Cais Mauá, logo abaixo o Cais Navegantes, que ainda é um cais que ainda opera, as pontes, o estádio do Grêmio – aliás, nós temos campeões do mundo. Portanto, Porto Alegre tem, sim, espaço para fazer do Centro Histórico um espaço muito importante para Porto Alegre e – por que não? – para o Rio Grande do Sul. Vamos votar favoráveis. Parabéns.

(Não revisado pelo orador)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 050/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, Ver. Moisés, primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa, e dizer que vou subscrever e participar dessa frente que o senhor propõe pelo Centro de Porto Alegre. É um tema que tenho trabalhado há quatro anos, desde a campanha passada, quando fui candidato a prefeito da Cidade, pois eu sempre defendi Porto Alegre como a capital dos serviços. Aliás, o Ver. Nedel também fez a reinstalação da sua Frente pelo Turismo, da qual participei. São dois temas profundamente interligados, porque eu entendo que, nessa vocação da Cidade para ser uma capital de serviços, que é o grande ramo da economia que pode favorecer e estimular o progresso da nossa Cidade, o Centro Histórico tem um papel fundamental, sobretudo, num projeto que possa não só revigorar o Centro, mas colocá-lo em integração com o Cais do Porto. Minha ideia de urbanismo é que a Cidade deve ter nichos. Dou exemplos prosaicos aqui: quando a gente quer comprar uma peça de carro, a gente sabe em que bairro ir; quando a gente quer tomar um chope gelado, a gente sabe também em que logradouros da Cidade podemos encontrá-lo. Também o Centro da Cidade pode ser um rico lugar de entretenimento, como muitas capitais do mundo fizeram. Nós temos o privilégio, assim como Recife, de ter o Centro da Cidade ao lado do Cais do Porto. Essa reestruturação do Cais do Porto, como foi feito em Barcelona e em Buenos Aires, atrai o turismo, isso pode fazer com que a Cidade crie um novo bolsão de desenvolvimento. E o Centro Histórico de Porto Alegre é a nossa identidade, a nossa cara, é o cartão de Porto Alegre, lá está o nosso marco zero.

De toda a sorte, quero parabenizá-lo, mais uma vez, Ver. Moisés, não só por isso, mas porque o senhor é pai recente. Eu tenho repetido que o maior dom que eu recebi na minha vida foi a paternidade. A paternidade sempre é extasiante, é uma oportunidade de o ser humano sair de si mesmo. Ele vive não só nele, mas vive no outro. É algo inexplicável. Então, por isso, quero parabenizá-lo, porque tenho certeza de que sua vida mudou e mudou para muito melhor. Que Deus o abençoe, abençoe a sua família e o seu bebê, que ele tenha um mundo lindo, e que nós, Vereadores de Porto

Alegre, possamos entregar a ele uma cidade muito melhor de se viver. Parabéns e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 050/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, nós temos agora, na próxima quarta-feira de cinzas, o início do período da quaresma, e a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sempre lança um tema e um lema. O tema é fraternidade, e o lema é “cultivar e guardar a criação”. É costume, em vários parlamentos, que a gente convide o arcebispo metropolitano para falar sobre esse tema. Então, diante disso, gostaria que V. Exa, como Presidente da Casa, pudesse convidar nosso Arcebispo Dom Jaime para que ele pudesse estar aqui, em comparecimento, na próxima quarta-feira, e oportunizar uma fala sobre o tema e o lema da campanha da fraternidade 2017.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Na próxima quarta, nós temos já uma programação do mês das mulheres e um comparecimento do Secretário da Educação. Acredito que, para quarta-feira, seja difícil. Na outra semana, vamos verificar uma data apropriada para fazermos o convite.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Muito obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 051/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Felipe Camozzato.

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 053/17 – (Proc. nº 0697/17 – Ver.^a Sofia Cavedon) – requer a constituição da “Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 053/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras, na noite passada já aconteceu neste plenário um debate chamado pelo Sindicato dos Municípios e das Municípios, porque há neste momento um tema agudo. O Brasil está com muitos temas agudos, mas este é um deles. Tivemos, ontem à tarde, por indicação do Ver. Adeli, a discussão, já em plenário, das mudanças possíveis que o Brasil vai viver, mudanças que impactarão de alguma maneira Porto Alegre e o conjunto dos municípios está bastante preocupado. Tivemos aqui uma exposição bastante técnica, muito interessante, do colega município Dalvin, um dos atuários do Previmpa. Ouvi, com muita atenção, na terça-feira pela manhã, na CEFOR, a posição do Secretário Busatto, da Fazenda, questionando o parecer dos auditores do PREVIMPA, achando que não está bem o entendimento deles. Tem o regime de capitalização, tem o regime de partilha simples, que hoje já capitaliza mais de R\$ 1 bilhão, mas esse recurso tem que ter uma vida longa, tem que chegar à maturidade para depois absorver o conjunto dos funcionários, tem um tempo geracional para passar. Acho que há vários debates importantes que esta Casa tem que acompanhar. Claro que nós estamos fazendo muitas frentes parlamentares, mas todos nós temos um pacto aqui, e as frentes parlamentares não vão funcionar semanalmente, vão funcionar uma vez ao mês, vamos possibilitar a participação dos Vereadores e Vereadoras nos debates, vamos escalonar no tempo, Ver. Moisés, porque nós sabemos, nós somos assoberbados por muitos temas, mas este tema não é menor, ele vai indicar a saúde financeira da Prefeitura num médio prazo, muito importante, se conseguirmos acompanhar. Não sei se V. Exas. Sabem, por exemplo, que a alíquota da capitalização, em função dos atuários, a alíquota do Município já é de 18%, não é de 21%, como é no regime de partição. Ontem eu aprendi muito escutando o Dalvin aqui falando. E de outro lado, tem todo o debate nacional, que os nossos Deputados, vinculados a cada um dos partidos que estão aqui, terão que se posicionar, e é importantíssimo que nós façamos coletivamente esse debate. Minha intenção, já deixo claro aqui, porque é um desarmamento, nós tínhamos já entrado no ano passado. A minha intenção é que nós chamemos todos os nossos Deputados dos nossos partidos aqui no Rio Grande do Sul para vir aqui discutir com a Câmara de Vereadores, porque tem implicação no Município, tem implicação nos municípios, tem implicação nas nossas vidas, nas vidas das mulheres. Nós teremos uma Quarta Temática, em março, sobre o tema trabalho e previdência, construído com as quatro Vereadoras, quatro partidos diferentes, teremos visões diferentes. Acho que ficou para dia 15 de março. Então, acho que é um debate que não é menor, nem para as finanças do Município, nem para os municípios, nem para nossas vidas. Claro que a previdência privada complementar entra no debate, porque hoje os federais já têm limite de teto e já tem complementar; os estaduais também. Então, ninguém vai fugir desse debate não, no futuro, acho que estaremos todos iguais, quem sabe os públicos e os privados. E a gente

construindo uma seguridade para o povo brasileiro. Essa intenção, que esta Câmara faz, acho que é importante. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, lamentavelmente, eu cheguei já com a Ordem do Dia em andamento, não encontrei aqui, porque foi colocada extra pauta esta matéria. Eu queria que, antes de qualquer andamento, V. Exa. anunciasse novamente o teor da Frente Parlamentar proposta pela Ver.^a Sofia Cavedon.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Reginaldo Pujol, nós estamos já encaminhando o Requerimento em votação, por um outro Requerimento de inclusão na Ordem do Dia agora à tarde também da Ver.^a Sofia. Acabamos de votar a inclusão na Ordem do Dia, foi votado pelos Srs. Vereadores. Hoje, pela manhã, ajustamos que todas as Frentes Parlamentares seriam votadas antes que começássemos a apreciar os vetos na semana que vem. Foi aprovado e agora estamos encaminhando o Requerimento de constituição da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou votar favorável ao Requerimento da Ver.^a Sofia. Agora, não esquecendo o que falei ontem, e não encaminhei ontem, porque diversos Vereadores me pediram para colher as assinaturas, estamos colhendo hoje. É uma Frente Parlamentar pelos trabalhadores e entidades que estão lutando em defesa da previdência. Por isso, meu caro Ver. Paulinho, nós vamos votar favorável. Agora, nós compreendemos que, neste mesmo ato e momento, nós vamos inserir a nossa proposta. Não encaminhei ontem, porque disse que não encaminharia. Encaminharia hoje, até a pedido de Vereadores, inclusive, da Bancada do PT, que me pediram e afirmaram que gostariam de assinar também.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, eu queria cumprimentar aqui a iniciativa da Bancada do PT, da Ver.^a Sofia. Creio que é um tema muito importante do Município e acho que uma Frente que debata a previdência obviamente tem a responsabilidade e o desafio de acompanhar a pauta da previdência nacional, mas tem que ter um foco na questão municipal. Nós estivemos lá na CEFOR, ouvindo o Secretário, ouvindo os dados com relação ao sistema de capitalização criado

a partir de 2003, que, embora tenha R\$ 1,300 bilhão, há uma divergência em relação aos valores da previdência municipal. E mais que isso, há uma dívida também do Município com o Previmpa, com o regime solidário, anterior a 2003. Nós aprovamos, em dezembro do ano passado, uma legislação que permite pagar parcelada essa dívida, que seria o papel ou a parte que cabe ao Governo, a parte com a qual o Governo entra, atrasaram as parcelas, e Porto Alegre quase perdeu a certificação na Previdência Social. Então, é verdade, existe essa dívida. Obviamente nós votamos pelo parcelamento, uma vez que não se pode prejudicar os trabalhadores, seria uma forma de não prejudicá-los, mas, ao mesmo tempo, houve, sim, uma irresponsabilidade em não pagar nos seus valores devidos durante o exercício de 2016. Acho que é um tema que é importante, é importante todos nos debruçarmos para garantir aposentadoria legítima e necessária dos trabalhadores municipais. Obviamente votaremos a favor e estaremos participando da Frente Parlamentar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu aproveito o encaminhamento da votação da proposta da Ver.^a Sofia Cavedon para aprofundar um debate que precisa ser realizado em dois sentidos. O primeiro deles é que eu acho que a previdência pública em Porto Alegre nasceu de uma forma insólita, foram cometidas algumas tropelias na instituição do Previmpa e se fizeram previsões absolutamente não realizadas no tempo, porque eram impossíveis de ser realizadas; era o primeiro órgão de previdência pública de que eu tinha conhecimento que não tinha, ao se instalar, um fundo garantidor pré-estabelecido. Ele seria constituído ao longo do tempo, e é o que vem ocorrendo: ano após ano, aumentamos a necessidade de acrescentar mais recursos ao Previmpa a fim de que ele possa cumprir as suas atividades. *A lo largo*, o Previmpa vai muito bem obrigado, na medida em que ele tem muitos recursos recorrentes do recolhimento das contribuições dos servidores que estão no regime capitalização e que são, evidentemente, intocáveis. A proposta da Ver.^a Sofia não se invalida por esses comentários que eu estou fazendo, até porque ela sabe – eu já lhe informei – que eu estou propondo, concluindo um estudo para que nós promovamos um regramento do funcionamento das frentes parlamentares aqui na Casa. Hoje estamos já registrando mais de duas dezenas de frentes parlamentares que já se constituíram e que, ao longo do tempo, vão realizar ou não as suas tarefas sem que haja um regramento próprio para isso. Então eu pretendo, Sr. Presidente, muito em breve, colocar à discussão da Casa uma proposta dessa ordem, sem nenhum compromisso de quem quer que seja, tão somente buscando oferecer uma contribuição que não implica na frustração das atividades das frentes parlamentares já constituídas, às quais, obviamente, o regramento há de fazer uma exceção, estabelecendo que a sua prevalência e existência irá ocorrer por um determinado tempo.

Objetivamente, com relação à proposta da Ver.^a Sofia Cavedon, dou meu voto favorável, dizendo que a matéria merece mais que uma frente parlamentar, merece um verdadeiro seminário para nós discutirmos a situação atual, a situação pretérita e projetarmos um futuro do Previmpa – agora, não adianta chorar o leite derramado –, que é o órgão previdenciário do Município de Porto Alegre. Nós temos que ter o maior cuidado, Vereador, para que ele não se transforme no novo INSS brasileiro, ou seja, um órgão que tem responsabilidade e que não tem o suporte necessário para sustentar as obrigações que está assumindo cada dia mais e mais em função das novas aposentadorias que vão surgindo e também das novas pensões, ficando comprometido o órgão previdenciário municipal a satisfazer em função das disposições legais que assim determinam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 053/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 024/17 – (Proc. nº 0409/17 – Ver. Professor Wambert) – requer a realização de Sessão Solene no dia 14 de março, às 19 horas, destinada a assinalar o transcurso do Jubileu de Ouro da Renovação Carismática Católica.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 024/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. MARCELO SGARBOSSA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 010/14 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2265/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 224/16, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que limita a quantidade de cargos em comissão ocupados em órgãos da Administração Direta e em fundações e autarquias da Administração Indireta do Executivo Municipal a 3% (três por cento) do total de seus servidores ativos e veda o provimento de cargos em comissão em empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Município de Porto Alegre, exceto os de diretor.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relatora-Geral Ver^a Fernanda Melchionna: pela aprovação do Projeto. (empatado)

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 06-02-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 224/16. (Pausa) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores, Vereadoras, em função dos inúmeros debates que tivemos aqui, não só no ano passado, está no centro das polêmicas o descontrole de gastos com pessoal, o aumento excessivo de cargos comissionados. Agora, no início do ano, graças a uma nova Gestão, apareceu inclusive a sobreposição de gratificações nos cargos comissionados. Na terça-feira, o Secretário da Fazenda dizia que era um absurdo a Carris ter um déficit de R\$ 60 milhões, em média, a cada ano, e a EPTC outros R\$ 60 milhões ou R\$ 70 milhões, Ver. Janta. Nós já levantamos, em vários momentos, os números de cargos comissionados das empresas. Por exemplo, a Procempa tinha 33 cargos comissionados e a EPTC 44. E o Secretário Busatto se referia à EPTC também como deficitária, sendo uma empresa pública de transporte. Ora, a EPTC, a Carris, a Procempa têm regime celetista, o que justifica essas empresas terem tantos cargos comissionados, cargos de livre nomeação? Na verdade, está nos faltando um parâmetro.

Eu entrei, no ano passado, não foi a emenda do fim do ano, foi antes, com uma proposta de percentual em relação ao número de funcionários ativos. Cheguei à proposta de 3%, e é disso que trata esse projeto de lei. Por quê, Ver. Pujol? Verificando que nós estávamos com 1.100 CCs – 1.180 e alguma coisa - na proporção para 17 mil funcionários na ativa, nós chegamos a 6.3% de cargos comissionados em relação a servidores ativos. Seis ponto três para todas avaliações, críticas, opiniões da sociedade, dos debates eleitorais, tanto que o Prefeito Marchezan criticou bastante, mas os outros também, a prefeiturável Luciana Genro, criticou muito, Ver. Robaina, o próprio Raul Pont. Portanto, todos, com quem se fala, a opinião pública, é que é exagerado. E o percentual, informo a V. Exas. em relação aos servidores ativos, que são 17 mil servidores, no ano passado - em torno, um pouquinho mais, um pouquinho menos, já foi 16. Ontem à noite, o levantamento mostrava que vem sendo reduzido, porque não há nomeação; 6%. E eu estou propondo que nós estabeleçamos um parâmetro de 3%. Leio

o que a Constituição Federal, a partir de 88, profissionalizou a Administração Pública, esforço que foi feito lá em 37, por Getúlio Vargas, que era o primeiro movimento, que era o DASP, que tinha o objetivo de construir a burocracia pública, seleção e o aperfeiçoamento de pessoal, passa a ser por mérito, adotar o sistema de mérito, diminuindo as imposições e os interesses privados e político-partidário. Foi um esforço em 37, mas em 88 que se define o concurso público como forma de ingresso no serviço público. As funções de CCs estão restritas às funções de direção, chefia e assessoramento. Há muitos processos no Ministério Público indicando que, quando é usado para funções - vou encaminhando a minha pauta para poder conversar mais - para as quais existem cargos públicos, é incorreto, é ilegal. Já foi necessário, até nesta Casa, a extinção de muitos CCs, porque não há possibilidade de cargos comissionados para funções que podem ser exercidas por cargos públicos, por meio de concurso; é só para direção, chefia e assessoramento. Nós temos um parâmetro constitucional. Então, tem que ser na direção, na chefia e no assessoramento, um percentual bem menor do que os funcionários efetivos. A proposição é, guardando relação com a Constituição, atendendo ao apelo popular e buscando reduzir custos da máquina, que a gente estabeleça um percentual de 3% para CCs.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; a nossa posição a respeito da matéria não precisa ser esclarecida. Há mais tempo, já demonstramos com clareza que essa campanha que, em vários níveis se move contrariamente à existência de cargos em comissão, não pode prosperar, porque é equivocada. Não são os comissionados que produzem essas disfunções que o Brasil inteiro realizou. Não sei se a Ver.^a Sofia, ainda desagrada com os descabros que o Governo Federal produziu especialmente com o seu pessoal, entregando de mão beijada aos picaretas que arrecadavam para os partidos políticos posições de destaque nas suas várias estatais, tem o temor de que isso possa ocorrer no Município de Porto Alegre. Quero lhe assegurar, Vereadora, que, por tradição, Porto Alegre não tem lugar para esse tipo de coisa. Eu mesmo tive oportunidade de dirigir uma autarquia e duas Secretarias do Município, e lá encontrei, entre os funcionários de carreira, exemplos dos mais qualificados de bons funcionários. E os CCs que eu encontrei não me decepcionaram, muito antes pelo contrário, ofereceram excelente contribuição para que nós obtivéssemos sucesso em nosso trabalho, como, sem falsa modéstia, devo colocar que reconhecidamente é aceito em Porto Alegre, especialmente pela nossa atuação em duas ocasiões na direção do Departamento Municipal de Habitação. Então, essa cruzada contra os CCs que, de certa forma, o nosso Prefeito atual participa, manifestando o desejo de reduzir o número de CCs, o que de certa forma faz coro com o que a proposta da Ver.^a Sofia. Estranho que a Ver.^a Sofia tenha uma proposta articulada com o Prefeito

Nelson Marchezan Jr. que, sabidamente, pensa de forma diferente da dela. Mas quero até acentuar um fato: equivocadamente, nós falamos que nas empresas de Porto Alegre existem CCs. Não. Quem fala assim está se equivocando porque quer! Nas empresas, as pessoas são contratadas pelo regime da CLT, e obviamente todos os empregados das empresas públicas de Porto Alegre são passíveis de demissão, com ou sem justa causa, obviamente com as devidas indenizações. Diferentemente, os CCs, na medida em que perdem a confiança, podem ser desvinculados sem que nenhum tipo de indenização possa ocorrer. Então, acho que é um discurso alimentado por uma banda de música bem assentada em vários órgãos da imprensa brasileira que, desesperada, querendo encontrar uma razão mais forte para todo esse descabro que toda esta Nação está vivendo, escolhe o CC como bode expiatório. Ora, os ladrões da Petrobras não eram CCs, eram agentes políticos, muito bem credenciado na Eletrobras, no BNDES, na Caixa Econômica Federal e em todos esses lugares são os CCs. Os CCs são os que trabalham no Ministério da Cultura, e trabalham bem! No Ministério da Educação. Na Câmara de Vereadores. Olha aqui, Presidente, não há nenhum demérito aos nossos funcionários de carreira, mas se não tiver a contribuição dos comissionados desta Casa dificilmente nós vamos conseguir cumprir as nossas atividades. Então eu quero, honestamente... Respeito a grande imprensa, a pequena, toda a opinião pública e publicada, mas eu tenho as minhas posições. Essa cruzada contra os Cargos em Comissão e os ocupantes desse cargo devem cessar, e nós temos que começar com um exemplo dizendo “não” a essa proposta da Ver.^a Sofia Cavedon. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu não ia subir à tribuna, mas vim para homenagear todos os CCs que estão aqui e que estão trabalhando na Câmara de Vereadores. Todos, de todos os partidos! Porque eu acho uma hipocrisia enorme, Ver. Carús, querer limitar o número de CCs quando se perde a eleição. O que tem de bom nisso, o que eu interpretei do que a Ver.^a Sofia Cavedon disse aqui é que ela está sem perspectiva nenhuma de o PT ganhar a eleição nos próximos 30 anos. Ou ela não quer mais CC! Certamente, não vai ter CC do PT. Agora, queria fazer uma pergunta para a Ver.^a Sofia: a senhora sabe quantos CCs da DS foram para a Petrobras com o Miguel Rossetto? Eu tenho a lista dos CCs que o Miguel Rossetto levou daqui para a Petrobras. Aliás, não levou! Alguns iam com passagem paga e voltavam. Então como eu vou votar a favor de um projeto desses que não é por convicção? Eu acho que não é por convicção. E repito mais uma vez: eu quero fazer uma homenagem a todos os CCs que trabalham no meu gabinete e aos que trabalham no gabinete dos colegas, inclusive nos gabinetes do PT, nos gabinetes do PSOL, pois são pessoas que trabalham, ninguém gosta de ter CCs fantasmas. Mas a maioria dos CCs trabalham muito e com vontade; e trabalham pela Cidade. Eu tenho

pedido e os meus assessores fazem, eu digo a eles que não podem ser assessores somente dos Vereadores, eles têm que ser assessores da população! Não teria sentido nenhum ter dois, três ou quatro assessores somente para o Vereadores, eles são também assessores da população lá fora e traduzem para o Vereador o que é bom fazer para a população.

Então, eu não tenho como votar a favor desse projeto, porque, senão, eu estaria desmerecendo quem trabalha na Câmara, quem trabalha no Executivo, independente de qual bancada. Digo aos CCs: vocês prestam um grande serviço, contem com o meu apoio.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o mundo é engraçado, o mundo dá voltas. Há um ano, o Governo Dilma...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Estou discutindo o projeto em nome do meu partido, do Solidariedade, depois vou encaminhar em nome do Governo. Eu quero falar do seu governo.

O seu governo, o Governo Dilma, tinha 39 ministérios. Desses 39 ministérios, eram gastos 400 bilhões dos cofres públicos. E desses 39 ministérios, tinham 113 mil CCs, que consumiam dos cofres públicos: R\$ 214 bilhões! Eu nunca vi a senhora subir nesta tribuna para dizer que tem que acabar com os CCs no Governo Federal, nunca vi! Em nenhum momento, no Governo Dilma, eu vi a senhora subir aqui na tribuna e falar que tinha que acabar com os CCs. O Governo Tarso recebeu um governo que gastava R\$ 6,2 milhões, o que também é muito, em CCs. Em menos de quatro meses, passou a gastar R\$ 10 milhões em CCs. O Governo Tarso aumentou bastante o número de CCs, e eu não vi a senhora nenhuma vez, desta tribuna, dizer que tinha que diminuir ou limitar o número de CCs aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Agora, a senhora já veio duas vezes aqui, nesses 40 dias, dizer que tem que limitar o número de CCs. Mas nós vamos diminuir o maior número de CCs da história do Estado do Rio Grande do Sul. Isso está me preocupando, porque como o Ver. Cecchim aqui disse, talvez, por muito tempo, a senhora não consiga mais governar a cidade de Porto Alegre, e isso me preocupa, e me preocupa muito, por políticas equivocadas. Porque muita demagogia é feita aqui neste microfone: “Ah a questão da previdência!”. O seu Presidente vetou o fator previdenciário. Luiz Inácio Lula da Silva vetou o fim do fator previdenciário. Eu estava lá no Congresso Nacional quando nós aprovamos o fim do fator previdenciário! Quem vetou? Luiz Inácio Lula da Silva! É como uma mentira que, contada mil vezes, vira verdade. Agora vem para cá dar discurso! Discurso é uma

prática muito fácil! A prática é verdadeira, o nosso Governo já cortou 370 CCs. A senhora vai dizer: “Mas já chamou mais 100”. Chamamos mais 100 pessoas do banco de talentos, mas cortamos 270. Coisa que o seu Governo, no Estado e na União, nunca fez! E vamos cortar mais 400, coisa que o seu Governo, no Município, no Estado e na União, nunca fez! Só inchou! Duzentos e catorze bilhões que poderiam ser aplicados na saúde, em segurança, em infraestrutura! Nos últimos anos, apagáveis, do Governo Dilma, foram aplicados em CCs. E agora a senhora vem aqui com mais um projeto, querendo ser prefeita de Porto Alegre. Acho que a senhora devia ter ganhado a convenção do seu partido para ser candidata à prefeita, aí, durante os debates, apresentar essas propostas. A senhora deveria ter participado da disputa interna do seu partido. Isso cabe ao Executivo, é matéria do Executivo. Nós temos que saber distinguir o que cabe ao Executivo e o que cabe ao Legislativo. O que cabe à Prefeitura fazer nós estamos fazendo, e vamos fazer com competência, para sobrar mais dinheiro para investir na saúde, na educação, como, amanhã, o Secretário da Saúde estará na região do Partenon, entregando os equipamentos para refrigerar as vacinas, refrigerar os postos de saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu faço questão de subir à tribuna porque venho constantemente dizer que existem os projetos inconstitucionais, existem projetos que são inconstitucionais pela Lei Orgânica, outros pelo Regimento. Fui colega da Ver.^a Sofia Cavedon em 2000, quando me elegi Vereador, e até 2006, quando me elegi Deputado. O PT passou 16 anos na Prefeitura e eu nunca tinha visto ela apresentar um projeto dessa natureza aqui na Casa. Nunca tinha visto.

Mas vou dar alguns dados a V. Exa. que, como Deputado, eu precisava conhecer de algumas regras. Primeiramente, no ano de 2014, o PT possibilitou que o Badesul tivesse um déficit, em poucas empresas, de mais de R\$ 800 milhões, sem garantia e sem contrapartida. É claro que – e vou deixar bem claro aqui –, quando o Prefeito Marchezan ganhou a eleição, eu pedi a ele que zerasse os CCs do Município. Ele não o fez, mas parece que agora vai começar a fazer. Eu não sou contra os CCs, eu sou contra a quantidade excessiva deles. O Governo anterior tinha mais de mil CCs, inclusive, de partidos que não tinham nem representação nesta Casa. Inchou a Prefeitura. Aí que aconteceu a grande tragédia financeira da Prefeitura de Porto Alegre. O bom CC tem lugar em qualquer gabinete e em qualquer lugar, mas a quantidade exagerada de CC, todos os partidos cometem esse erro em todo o Brasil, nós temos que ser sinceros. Todos os partidos têm uma ganância por CC impressionante! E muitos desses CCs até são desqualificados e estão fazendo falcatruas em órgãos públicos.

Eu sou a favor – quero deixar bem claro – do concurso público. A pessoa que faz um concurso público, passa a ter uma responsabilidade dobrada, ela não pode fazer nada que fuja das regras do funcionalismo público, sob pena de ser mandada embora, perder todos seus direitos trabalhistas. Mas admito que alguns CCs devem existir em algumas secretarias, principalmente nas áreas técnicas.

Então, eu acredito, Ver.^a Sofia, primeiro, vou deixar bem claro, não é competência nossa, é competência do Executivo. Consequentemente, o Executivo – como eu disse aqui – paga um preço muito alto, tem ônus e bônus, Ver. Cecchim, quando exagera, quando coloca CC sem critérios, quando coloca CC que não tem condições, quando coloca CC que faz falcatura na Prefeitura ou nos órgãos da Prefeitura. Portanto, a responsabilidade é do Executivo e dos partidos políticos que colocam pessoas sem condições de administrar, de sequer, muitas vezes, ajudar. Ah, porque foi cabo eleitoral do fulano de tal...Não, por isso vem bem o banco de talentos, que não deixa de ser um censo, a Prefeitura não tem um censo, é capaz de muitos estarem na folha de pagamento e nem saberem que estão trabalhando na Prefeitura. Naturalmente, esses critérios têm de ser observados, Ver. Wambert, tem que saber quem trabalha, onde que trabalha e se trabalha mesmo, é responsabilidade do Prefeito, a atribuição é dele. O Marchezan pode ter todos seus defeitos, até não está agradando a todos nós, em muitas coisas agrada, em outras, não agrada, mas se ele não enxugar a máquina, se ele não diminuir fortemente os CCs da Prefeitura, ele não terá condições de administrar. E digo mais: a política estava acostumada a se locupletar com cargos públicos. Era e é uma dinâmica dos partidos políticos, mas a circunstância da situação financeira faz com que nós apertemos essa situação. Acredito que o Marchezan vai acertar nesse ponto quando diminuir fortemente a quantidade de CCs na Prefeitura e ficar com aqueles que querem trabalhar e que possam render para que a Prefeitura possa dinamicamente devolver à sociedade aquilo que ela quer, que é o seu serviço. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, a questão dos CCs é como o tamanho do Estado: nem mínimo, nem máximo, mas equilibrado. Os CCs devem ser servidores públicos além do tradicional, porque eles são servidores públicos de confiança, colocados ali sem concurso público, portanto têm que ter uma dedicação especial às questões do Governo, sem esquecer que servem ao Estado, a uma estrutura como é a Prefeitura de Porto Alegre e têm que responder por tal. O debate está por demais importante, mas, convenhamos, tem gente que fica falando contra CCs na estrutura A, B e se esquecem da C. Podem procurar o Dr. Google, Cecchim, que aqui desta tribuna eu já disse o seguinte: tem CCs demais no Governo Federal, Estadual e Municipal. E não foi só

agora, não foi ontem, foi também anteontem, em muitos momentos houve exagero de CCs! Mas é preferível que haja um conjunto de CCs claramente definidos como CCs. Quando pertencia à Prefeitura, havia menos de 500 CCs. Logo em seguida, para esconder um pouco o problema, houve a contratação de serviços terceirizados de pessoas que deveriam ser de CCs, mas não havia condições de colocá-las como CCs, então foram colocadas empresas terceirizadas trazendo um serviço político e não administrativo. Hoje, tem gente em serviço terceirizado nas três esferas governamentais, e no Interior não é diferente, em vários Estados é igual. Vamos colocar as coisas em pratos limpos. Não podemos deixar de fazer o verdadeiro debate. O que é necessário em termos de CCs? Naqueles cargos de direção, de gestão, de estar junto ao gestor público que ganhou a eleição. A se confirmar que haverá, amanhã, demissão de vários CCs, nós estamos atentos e cuidando. Como será a reposição? Ou haverá cortes, conforme foi colocado? Esse é o grande debate. Se alguém vier se colocar aqui, Ver.^a Sofia Cavedon, que V. Exa. está adentrando na questão do Executivo, em termos de estrutura, sobre a questão da constitucionalidade, eu iria dar uma atenção muito grande. Mas aqui o debate não foi nessa linha até agora, a não ser que venha alguém agora para se redimir. Eu achei que o debate viria por esse lado. Não. O debate está politicamente partidarizado, e aí que vem a pequenez: “Você indicou tanto, eu indiquei menos, eu fiz isso, eu fiz aquilo.” Não. Nós queremos fazer o verdadeiro debate. Qual a estrutura do Estado brasileiro? Qual o número de horas que você tem que trabalhar numa escola? Qual o número de horas que você tem que ter para se formar, dar formação e cuidar da escola? Como se trata isso numa questão de alguém que dá pareceres numa Procuradoria? Tem que ficar, Roberto, oito horas dentro da Procuradoria ou discute com o seu responsável, fica 48 horas em casa, faz um baita de um processo de análise e a Prefeitura vai cobrar uma dívida astronômica? O que é melhor? Esse é o debate, essa é a questão; o resto é mera disputa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Nós, Presidente, defendemos na campanha eleitoral uma redução de 70% dos CCs, com a nossa candidata Luciana Genro. Até porque nós temos a compreensão de que não se trata, não é um problema, como alguns Vereadores trataram aqui na tribuna, da ideia de demonização ou fazer comparação entre coisas incomparáveis, uma estrutura parlamentar que não conta com funcionários públicos de carreira para subsidiar o trabalho e uma estrutura de gestão. Eu acho que nós temos em Porto Alegre um inchaço muito grande dos Cargos em Comissão. E esse processo se consolidou na ideia de conceder os CCs para os partidos da base aliada, muitas vezes alugada, contornar e garantir uma maioria na Câmara de Vereadores e em outras esferas, através dos Cargos em Comissão. E muito embora, além de ser inchado, o que já seria uma justificativa bastante importante, nós vivemos

vários casos de CCs que não conheciam o serviço técnico ao qual estavam submetidos e, muitas vezes, atrapalhavam a dinâmica daqueles que fizeram carreira. Não se trata de extinguir CCs. O projeto da Vereadora reduz a 3% dos concursados na Prefeitura. Nós tínhamos um projeto de reduzir em 70%, seria mais radical, Ver.^a Sofia, do que a sua proposta, portanto não só não se trata de demonização, como se trata da ideia de um tamanho justo e de uma lógica que valorize o serviço público. Nós temos, hoje, de trabalhadores ativos da Prefeitura, 5,6% são CCs na Administração Centralizada; na Descentralizada chega a 7%, e na Procempa chega a 8%. E na CPI da Procempa desmembramos, lá trás, que muitos desses CCs, inclusive, faziam parte de uma quadrilha que desviava recursos públicos e que está sendo, agora, investigada e até indiciada pelo Ministério Público. Então uma questão bastante grave. Eu trago essa questão do percentual, porque nós ouvimos atentamente o Secretário na terça-feira, na CEFOR. Segundo o Secretário, Porto Alegre está chegando perto do limite prudencial do gasto de pessoal. Isso não é porque aumentou o número de concursados. Os concursados, inclusive, tiveram o parcelamento da inflação nos seus salários, sendo que tem uma lei municipal que determina a garantia do pagamento da inflação. E eles tiveram que fazer greve para conquistar o parcelamento da inflação nos seus salários, mas justamente por uma diminuição das receitas, dos repasses federais, dos repasses estaduais. E, obviamente, há uma guerra de informações com relação ao tamanho do déficit do Município. E eu não vou entrar nesses temas aqui, nós teremos a convocação do Secretário e, junto, o convite para o comparecimento do ex-Secretário. Mas o que quero alertar é que, sim, precisa-se dar o exemplo e cortar gastos desnecessários. O Prefeito anunciou que, amanhã, vai demitir mais 420 CCs. Nós esperamos que isso se concretize e que isso, de fato, seja efetivado. Agora uma lei é um parâmetro para o presente e para o futuro, e 3% da folha de funcionários não é nenhuma medida radical que extinguiria, que inviabilizaria e que tornaria impossível o trabalho da gestão. Na verdade, está nos anúncios dos jornais hoje, e nós queremos que se efetive, evidentemente. Daqueles 320 demitidos, já houve recontratados. Nós, inclusive, temos a listagem e logo vamos trazer à tribuna da Câmara os números, porque nós temos a listagem dos que foram demitidos e logo recontratados. Mas enfim, nós queremos que isso se efetive. E eu acho que, quando a gente pensa em termos de Governo, também é necessário pensar nessa questão do futuro. Acho que é um parâmetro razoável 3% da administração pública. Na nossa opinião, poderia ser menos, mas nós vamos votar a favor do projeto da Ver.^a Sofia, porque não dá para ter dois discursos: um na campanha e outro depois. Como nós defendemos isso na campanha e se coaduna com a nossa posição, votaremos a favor.

(Não revisado pela oradora)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde senhoras e senhores, boa tarde colegas Vereadores e Vereadoras. Interessante a discussão em torno do tema da redução ou não do número de CCS, de redução do tamanho do Estado. Eu, como Vereador eleito pelo Partido Novo, defendo que o Estado grande, inchado, ineficaz deva ser reduzido. Mas da mesma forma que defendo isso e uma vez que o NOVO constituiu um partido político para representar essas ideias na política brasileira, acredito também em República Federativa, acredito em Constituição, acredito em separação dos Poderes. A gente tem aqui novamente, como já tivemos em Sessões passadas, e muito bem apontado pelo Ver. Idenir Cecchim, discussões que tomam bastante tempo deste plenário em torno de projetos inconstitucionais. A gente tem, neste caso específico, a violação ao disposto no art. 94, inciso VII, alínea b da Lei Orgânica do Município, que trata da inconstitucionalidade de uma matéria como essa, que impõe os cortes ao Executivo, essa é a oitava fala, a nona fala, e já estamos aqui há pelo menos 40 minutos discutindo um projeto inconstitucional. Eu gostaria de lembrar a todos do custo disso para o contribuinte: somos 36 Vereadores aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, com um salário em torno de R\$ 13 mil cada um, o minuto desta Casa custa em torno de R\$ 44,00 para o pagador de impostos, e nestes 45 minutos já foram gastos em torno de R\$ 2 mil do contribuinte para discutir um projeto inconstitucional. Isso pagaria um professor.

O Sr. Matheus Ayres: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Felipe, não vou usar os cinco minutos a que tenho direito, mas quero comungar com o que estás dizendo agora, mas o nosso querido Ver. Adeli, a quem respeito muito, pediu um debate político, mas também técnico nesta Casa, então vamos votar contra a questão levantada pela Ver.^a Sofia.

Eu gostaria de ler, para ficar muito claro para nós por que o projeto não pode passar (Lê.): “Art. 94 - Compete privativamente ao Prefeito: (...) VII - promover a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre: a) criação e aumento da remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica; b) regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores públicos;” E assim continua. Obrigado.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Obrigado pelo aparte, Ver. Matheus Ayres. Reforço aqui: são em torno de R\$ 2 mil gastos de dinheiro público para sustentar uma discussão como esta, somente do valor do salário dos Vereadores, não estamos contabilizando os servidores da Casa, os assessores dos Vereadores que também estão sendo pagos pelos pagadores de impostos e que estão custeando uma Sessão que já dura pelo menos 40 minutos em torno de um projeto inconstitucional. Isso não é produtivo para a Casa, e eu gostaria que os colegas Vereadores revissem com mais atenção essa questão da constitucionalidade dos projetos para que a gente não tenha novamente esse tipo de debate e tente, de forma produtiva, sugerir ao Município e cobrar dele que ele faça, efetivamente, os cortes que pretende fazer, que ele reduza o tamanho do Estado,

mas o faça de maneira constitucional, dentro da separação dos Poderes, que é aquilo que nós de novo defendemos. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Ver. Cassio Trogildo; boa tarde, demais Vereadores e Vereadoras, eu, pessoalmente, assim como acho que grande parte da população, sempre vou ser favorável a cortes de CCs e de custos. Já fui CC, trabalhei já numa administração sendo CC, de 2010 a 2012, e sou um defensor incondicional dos funcionários de carreira, porque acho que efetivamente, as gestões mudam, e os funcionários são que dão vida, efetivamente, às Casas, quaisquer que sejam. Os funcionários é que justificam a existência da Casa. Os políticos, as gestões passam, mudam e os funcionários são quem criam a vida para que seja administrado. Aqui na Câmara Municipal mesmo, eu sempre procurei tratar os funcionários como colegas, justamente por entender que eu, e muitos de nós, não vamos estar daqui a dois, quatro, seis, dez anos, e a Casa vai continuar. Só que eu acho muito radical – e eu estava falando com a Ver.^a Sofia – essa questão de tu criares um critério numérico estabelecido do corte de CCs que vai ter. Eu acho fundamental, por exemplo, que se corte CCs. Mas a Secretaria dos Animais, que eu tanto defendo, Coronel Fraga, se tirassem os CCS de lá, não teria Secretaria. A Secretaria, por exemplo, foi criada nova e que hoje, infelizmente, foi diminuída, e eu fui e sou muito crítico, Pablo. O Hospital Público Veterinário, por exemplo, que é muito caro para mim, essa discussão para que exista, hoje, se tirar o CCs, que eram os veterinários contratados em regime de emergência, não haveria Secretaria dos Animais. Então, é um debate muito subjetivo, para criar uma regra clara e permanente. Eu acho, sim, que há Secretarias, Pablo, que têm que ter corte de CCs. Eu acho que é sempre de boa vontade da política cortar CCs e colocar quadro técnico, fazer concurso público, estimular as pessoas a participarem do concurso público, qualificar e, principalmente, motivar, porque também não adianta só cortar CC. Uma das grandes lamentações que eu acho, e que os políticos fazem de forma muito má, na minha opinião, e aí eu falo daqui da Câmara, eu não estou falando do Presidente Cassio, viu, Presidente, depois talvez tu vais me cobrar essa conta, mas não é efetivamente do senhor, estou falando indiretamente dos políticos em geral, é o relacionamento que se estabelece no dia a dia entre o quadro de funcionários efetivos e os CCs. Porque também só corte de CC, tem muito CC ruim, Ver. Cecchim, essa é a verdade. Tem muito gestor ruim que maltrata o funcionário, que vai contra, exatamente, os funcionários. Ao invés de criar... São criados muros nesse relacionamento, assim como eu, por exemplo, quando estive à frente deste CC, que eu ocupei no ano de 2010, a minha grande preocupação naquele momento era fazer os meus colegas, que trabalhavam naquela Secretaria, que não eram CCs, se sentissem incluídos, motivados e tentar escutá-los para que funcionasse melhor a Secretaria. Mas eu, Ver.^a Sofia, vou

votar contra, exatamente, por isto: acho que não dá para passar uma régua num critério estabelecido numericamente. Tem que haver cortes, mas como eu falei, por exemplo, a Secretaria dos Animais, se existiu e existia de forma muito ruim, naquele momento, era porque ainda não tinha tido tempo de ter concurso público. Então, tem que ter CC.

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Vereador, cumprimentando e agradecendo pelo aparte, eu estava inscrito, mas eu vou desistir para dizer apenas o seguinte. Que além de tudo que está se expondo aí e concordando com a maioria, nós precisamos também do CC. Há separação de Poderes. A Câmara não tem poderes para dizer para o Prefeito qual é a quantidade de CCs que ele precisa, onde ele vai cortar ou não. A Câmara tem poderes, talvez, de projeto que venha de lá, aprovar, dizer “sim” ou “não”. Agora, apresentar daqui para lá é inconstitucional. Respeitando a nossa amiga Ver.^a Sofia, eu vou votar contra.

O SR. RODRIGO MARONI: Eu queria só dizer, já abro para ti, Ver.^a Sofia, que eu não tenho legitimidade aqui para fazer a discussão sobre o que é constitucional ou inconstitucional, viu, Ver. Felipe, e até respeito muito o debate de vocês que é uma via de concepção política. Até porque eu acho que tem muito debate que é importante ser feito, mesmo que inconstitucional. Eu costumo dizer e tu também, que eu vejo que és um grande crítico a isso, e até a gente vai votar junto, se tiver isso. Eu vi, por exemplo, que o Ver. Valter tem, tem inúmeros projetos que efetivamente são constitucionais e não chegam na ponta, que é um grande problema: 90% não chegam onde têm que chegar, que é na população. Então, assim como há esses projetos, acho que há projetos que são fundamentais para serem discutidos, mesmo que, teoricamente, sejam inconstitucionais, porque as coisas estão aqui para serem debatidas e mudadas, porque se a gente não debater, o mundo não muda nunca.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Maroni, quero concordar contigo nisso, e acho, Camozzato, péssima essa tua intervenção, dizendo que nós estamos gastando dinheiro aqui fazendo um debate inconstitucional. Acho um equívoco que a Câmara abra mão de fazer o seu papel, que é fiscalizar e estabelecer parâmetros para a administração pública – parâmetros, é disso que estamos falando. Se continuarmos, nesta Casa, nesse diapasão de que nada podemos, então vamos fechar a Câmara Municipal e dar todo o poder ao rei! Todo poder ao rei, que é isso que me parece que o partido NOVO está querendo aqui!

O SR. RODRIGO MARONI: Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Trogildo): Obrigado, Ver. Maroni. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Vereadores e Vereadoras, é incrível, para não dizer triste, ter que subir nesta tribuna para registrar, com força, que a Câmara Municipal é um órgão legislador e, como tal, deve ser o primeiro a dar o exemplo. É claro que nós não podemos, de forma alguma, pensar em votar algo que é inconstitucional, sob pena de virar chacota na rua! Só um pouquinho: não vai ser uma lei do Legislativo que vai determinar o que o Prefeito vai fazer! Um Vereador fez uma intervenção muito feliz, dizendo: “pode vir de lá para cá”. Agora, só um pouquinho, não é competência do Legislativo, não existe isso! Ver.^a Sofia, me surpreendi, porque a senhora é uma Vereadora antiga, conhecedora das leis. Eu me debrucei no seu projeto, não faz sentido, começando que a tabela que a senhora usou é de 2016, e o Prefeito que aí está assumiu agora, ele está tomando pé da situação para montar o tamanho do Executivo, das secretarias, já mostrou isso. A senhora mesma diz aqui na sua justificativa, são palavras suas, que o número de Cargos em Comissão deve ser compatível para garantir a execução do programa eleito nas urnas. Então, por que 3%, se isso já está ali? Eu quero só entender.

Agora, não vamos, de forma alguma, querer determinar o que o Executivo vai fazer ou deixar de fazer. Projetos inconstitucionais não podemos fazer. É perder tempo. É, no mínimo, desconhecer a nossa competência municipal. Eu sinto muito.

Aprendi na minha casa, desde cedo, que não existe mais ou menos lei, assim como não existe mulher mais ou menos grávida. Isso aqui é um absurdo, perder todo este tempo para discutirmos projetos que não são da competência municipal!

Outra coisa: se são 20.932 funcionários no total, só na administração centralizada, representaria 600 funcionários, é isso?

Bom, outra questão, só para registrar: eu comecei a minha vida como CC, com muito orgulho. Quando não havia o nepotismo, antes do querido Ver. Oliboni trazer esta lei para cá, que eu respeitei imediatamente, eu trabalhei 12 anos nesta Casa. Comecei no primeiro dos cargos, atendendo o Ver. Pedro Américo Leal. Foi a maior escola da minha vida, muito importante, o que me fez me tornar uma Vereadora, candidata ao Senado, Secretária de Estado da Cultura. Eu quase fui para a área da Comunicação, porque eu amava o rádio, até hoje gosto e tinha isso como projeto, mas aquela experiência de CC – eu era a primeira a chegar a esta Casa, no gabinete do Pedro Américo, e a última a sair – promoveu que eu me tornasse a Parlamentar que hoje sou. Então, eu tenho certeza de que temos que ter muito cuidado com essa terra arrasada que se faz. Tem muita gente boa, competente, preparada como CC e como funcionário público também.

Agora, por favor, vamos, mais uma vez, respeitar a nossa competência. Nós não podemos dizer o que o Executivo vai fazer, o que o Prefeito deve ou não fazer nesta questão. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Presidente da Casa, os colegas Vereadores e Vereadoras e o público que está acompanhando a Sessão no dia de hoje. Para o público que está acompanhando, o projeto da Ver.^a Sofia Cavedon (Lê.): “limita a quantidade de Cargos em Comissão ocupados em órgãos da Administração Direta e em fundações e autarquias da Administração Indireta do Executivo Municipal a 3% (três por cento) do total de seus servidores ativos”. Se nós pegarmos uma entidade, uma fundação ou uma autarquia, como a Carris, por exemplo, 3% é muito. É demais! Tanto é que o Presidente atual foi lá, não conseguiu remover os CCs, já pediu as contas.

Nós temos que ter um certo cuidado, porque tem CCs que têm uma grande e extraordinária utilidade; mas tem CCs que, às vezes, abusam da sua colocação naquele posto. Era assim antes, quando tinha o nepotismo na Administração Municipal. Na época, eu fui autor do projeto de nepotismo. Não é o caso da Ver.^a Mônica, um grande talento, um destaque aqui na Câmara, que se justificava pelos anos em que esteve com o seu pai; mas tinha muitos que se utilizavam do cargo para intimidar os colegas de gabinete, para não vir trabalhar, para deixar o casaco, etc. Sim, tem uma infinidade de coisas. Às vezes, eu fico constrangido de defender alguns CCs, principalmente aqueles que são utilizados como uma forma de barganha para poder apoiar aqui ou acolá. Não vamos longe, porque aqui na Casa também acontece.

Eu quero referenciar que o seu projeto já tem um enorme ganho político, Ver.^a Sofia, porque V. Exa. oportuniza uma discussão que não foi por acaso. O Prefeito Municipal Marchezan disse que, com o recurso que ele poderia arrecadar ou ter em caixa demitindo uma quantidade “x” de CCs, ele ampliaria para os serviços, como a saúde e tudo mais. E vai fazê-lo amanhã! É louvável esse gesto do Prefeito. Nós não estamos aqui dizendo que ele vai demitir só quem não trabalha, ele deve ter, Ver. Cecchim, a sua avaliação; e na sua avaliação, está percebendo que poderá demitir, sim, mais de 300 CCs. Será que esses 300 CCs estavam trabalhando ou foram utilizados no Governo anterior para poder contemplar alguns partidos que vieram para a base de sustentação do seu Governo? É uma situação delicada! Em tese, a população que está ali do outro lado da telinha vai perceber que a gestão pública tem que ser enxuta e operacional, tem que dar resultados. Muitas vezes, é melhor ter concurso público do que ficar barganhando com alguns partidos que só o apoiam porque ganham espaço no Governo. A ferramenta, a mão de obra, ou os recursos humanos dos CCs passa a ser a forma de atender a esses partidos. Creio que a Sofia Cavedon até provocou o Vereador que foi nosso colega aqui, o Ver. Dib, que acabou de ligar para ela dizendo – deixando aqui o nosso abraço para ele – que 3% é demais! Devia ser 1,5%! Olhem só o valoroso cidadão que foi Vereador aqui por dez legislaturas! Temos que ter cuidado com o número excessivo de CCs.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Oliboni, pelos argumentos que V. Exa. traz. O Ver. Dib me telefonou e disse que acha muito alto. Quero mandar um abraço para ele que acompanha as sessões, ele é um colega municipal. Ele não me ligou para dizer que era inconstitucional, um Vereador que sempre foi muito zeloso do que podemos ou não

podemos. Então eu me insurjo, porque os Vereadores se agarram na ideia de que o Prefeito tudo pode e nós não. Eles que argumentem aqui por que não podemos estabelecer um parâmetro para o cargo que é de livre nomeação do Prefeito sem critérios republicanos.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Para concluir, quero dizer, Sofia, que V. Exa. traz um debate muito importante e muito oportuno, e todos nós temos que ter um enorme cuidado sobre isso. Creio que à medida que o tempo passa, o Portal Transparência Porto Alegre, que foi um outro projeto, inclusive aprovado nesta Casa, de minha autoria, dá a visibilidade real, não só dos CCs, mas de quanto eles ganham. Tem CC que ganha mais do que o Vereador. Vamos ter esse cuidado. Se merece, ótimo! Mas, muitas vezes, nós não conseguimos vê-los na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero aproveitar esse Projeto da Ver.^a Sofia para fazer algumas reflexões. Primeiro, a questão que foi citada aqui dos vícios de iniciativa. Esta Casa não deve ser conhecida fora dos limites do Parlamento pela excentricidade das propostas. Vou dizer de novo: Nós não podemos ser conhecidos, extramuros, pela excentricidade das nossas propostas. É importante que a Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu faço parte, possa, efetivamente, fazer uma análise criteriosa de constitucionalidade dos projetos. E aí, nesse processo, poder avocar o precedente legislativo, Presidente, poder avocar o precedente legislativo. Matérias de exclusividade de iniciativa de competência devem ser executadas pelos entes federativos, capazes de fazer isso. Por exemplo, há projetos que tramitavam nesta Casa, com iniciativa de situações penais! Que não é o fórum desta Casa! Projeto que dava dispensa a servidores públicos, o que acaba notabilizando a Casa, extramuros, como escatológica, como proposta esdrúxula. Nós não podemos ser notabilizados por isso.

A segunda questão é que nós não podemos demonizar a política! Nós somos os primeiros interessados em não demonizar a política. Se nós demonizarmos a política, o que vamos esperar dos outros? Nós temos que mudar a política por dentro, trazendo pessoas boas para participar da política. Os *outsiders* não vão ajudar na política! Nós não podemos demonizar a política, nós não podemos demonizar os funcionários públicos, nós não podemos demonizar os CCs! É uma degeneração do sistema. Não pode alguém subir a esta tribuna, demonizar CC e, depois, ter CC! É incongruente isso! É incongruente esse discurso! Tem funcionários públicos que prestam excelentes serviços, tem CCs que prestam excelentes serviços.

Eu vou muito na contramão de algumas opiniões de ocasião. Houve um jornalista, semana passada, que, porque ele não foi beneficiado com estrutura para o carnaval, fez denúncias muito sérias desta Casa. Eu peço, aqui na TVCâmara, que ele venha provar, que ele venha provar o que ele falou dos Vereadores num importante veículo de comunicação desta Cidade. Eu peço que ele venha a público provar. No seu programa diário da manhã, que ele prove o que ele falou! Talvez a consideração que ele fez à Casa seja de outros tempos, de décadas atrás.

Nós não podemos demonizar a política, nós não podemos demonizar os CCs. Nós temos que, minimamente, preservar isso, senão o caminho é a ditadura! Eu termino a minha fala fazendo um apelo aos colegas: por favor...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. DR. THIAGO: ...não utilizemos o tempo desta Casa, não utilizemos a representação que nós temos para fazer o contraponto à política. A política tem que ser mudada, sim, mas tem que ser mudada por dentro, tem que ser mudada por trazer pessoas dignas a participar da política, e não negando a política ou falando da política.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. A Ver.^a Sofia me traz aqui o artigo 56, do Regimento desta Câmara Municipal, que diz que os assuntos de competência do Município, sobre os quais cabe a Câmara Municipal dispor, com a sanção do Prefeito, são especialmente: Inciso VIII – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, fixação da remuneração dos servidores do Município, inclusive da Administração Indireta, observados os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Queria lembrar aqui, Ver.^a Sofia e integrantes da Câmara, que eu concordo: não temos que demonizar os CCs. Eles são as pessoas apelidadas de cargos de confiança, porque realmente detêm a confiança dos parlamentares, do agente público, e são a possibilidade da condução política, seja do agente público, seja das políticas que foram vitoriosas, os programas que foram vitoriosos nas eleições. Sem a pessoa que ocupa o cargo em comissão, não seria possível implementar as políticas ou grande parte das políticas, porque não teria condições, pela própria estrutura, pelas divergências internas, pela própria burocracia, para conseguir implementar. Então, ele tem essa função. É óbvio que não se quer CCs fantasmas, assim como não se quer servidores fantasmas. Agora, a demonização dos CCs não parte da Ver.^a Sofia, acho incrível que alguns aqui fazem uma crítica à Ver.^a Sofia e ao nosso Partido dos Trabalhadores; vamos falar do argumento e não das

pessoas, em primeiro lugar. Mas se é para falar da pessoa, é bom lembrar que nas gestões do Partido dos Trabalhadores tínhamos 500 CCs e nos Governo Fogaça e Fortunati o número de CCs chegou a 1.200 – em torno de 1.200, estou falando em números redondos. Então, realmente, 1.200 é diferente de 500.

Acabei de ler esse artigo da nossa Lei Orgânica. É muito curioso quando sobem a esta tribuna trazendo argumentos de natureza formal, constitucional, legal, mas sempre alinhados com uma posição. Alguns Vereadores não estavam aqui na Legislatura passada, quando nós tivemos um projeto que proibia a Prefeitura de fazer contratos com empresas que tivessem feito doação para campanhas eleitorais. Isso foi antes da decisão do STF, que proibiu a doação das empresas. Aqui neste plenário eu escutei de tudo: é inconstitucional, fere a livre iniciativa, a liberdade de contratar. A Procuradoria desta Casa foi contrária, mas o projeto acabou sendo aprovado – com poucos votos, é verdade – e foi para o Prefeito, que sancionou. Hoje é lei, com parecer favorável da Procuradoria do Município.

Então vejam que o Direito não é uma ciência exata; ou é exata, porque aí você tira dele exatamente que você quer, na interpretação daquilo que você está lendo. Eu concordo, nós temos que ter parâmetros, mas esse artigo que a Ver.^a Sofia me fez ler já embaralha ou deveria embaralhar um pouco essas convicções tão fortes de que a Câmara não pode nada. A Câmara não pode nada, Ver. Tarciso. Se seguirmos alguns pareceres jurídicos, algumas opiniões, realmente aí o Felipe tem razão: o que nós estamos fazendo aqui? É só homenagem, nome de rua, comendas, etc. Não, ao contrário. Nós temos aqui a prerrogativa do Legislativo, e claro que, definidas determinadas competências, não podemos criar leis que criam despesa para o Executivo nem mexer na estrutura da administração. Parâmetro é outra coisa. E aqui nós temos a Lei Orgânica dizendo que pode, sim, tanto que veio para esta Câmara a criação ou a extinção de secretarias, a chamada reforma administrativa. Então vejam que tem muita coisa antes de dizer que simplesmente é inconstitucional ou é ilegal ou não cabe. Aí cabe sempre a interpretação, Ver. Janta, que aprovou, na Legislatura passada, nesta Casa...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: ...Vou falar sobre a contradição que há na Câmara: o Ver. Cláudio Janta apresentou um projeto de lei criando uma agência municipal de regulação dos serviços públicos – criando! Um Vereador, um Parlamentar criando uma agência municipal de regulação dos serviços públicos. Olha, um projeto como esse não deveria ser aprovado nesta Câmara, pois é competência do Executivo. Ver. Matheus e Ver Felipe, foi aprovado neste Legislativo, vocês não estavam aqui. Foi aprovado – tenho lá no meu gabinete a lista, podemos pegar pela Internet – neste plenário a proposta de um Vereador que criava agência municipal de regulação dos

serviços públicos. Então, realmente, Ver. Nedel, pouco importa o meu voto, eu votei favorável, que é justamente na linha do que estou dizendo aqui...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, essa é a antipolítica, tem toda a razão o Ver. Dr. Thiago. É o tipo da pauta que desmerece a Câmara. É o tipo da pauta que nos ridiculariza perante a sociedade. O projeto da esposa de Ló, quer dizer, da Ver.^a Sofia Cavedon... A esposa de Ló é aquela que virou estátua de sal...

(Apartes antirregimentais de vários Vereadores.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: É, sal, do saleiro. Esses projetos são os que nos desmoralizam. A esposa de Ló, aquele personagem bíblico que não podia olhar para trás, a história de Sodoma e Gomorra, e ela virou para trás e virou estátua de sal. Nós todos vamos fazer como a Ver.^a Sofia Cavedon, se nós não nos ligarmos, vamos virar estátua de sal, e não será o castigo divino, vai ser o castigo do povo, porque só é dado, só é lícito, Ver.^a Comandante Nádia, propormos alguma coisa aqui, na tribuna, se temos a moral para propor essa coisa, porque isso se chama coerência.

O Ver. Marcelo Sgarbossa certamente não morava no Brasil, ele era atleta de sucesso na Itália, porque ele desconhece a informação quando diz que o PT tinha 500 cargos. O PT tinha 890 cargos! É diferente, ele diminuiu 400 cargos nessa contabilidade. Eu compreendo que na contabilidade do PT muita coisa some, mas a história está aí, tinham 890 cargos. Agora, de novo, esse negócio de estar desmerecendo o cargo em comissão, que nós, que estamos no serviço público, sabemos que pode ser cortado, sim, mas que também é essencial, que também é fundamental. Para quem já foi gestora, como a ex-Secretária de Educação, por pouco tempo, é verdade, a Ver.^a Sofia foi, sabe que é essencial o cargo em comissão. E, mais do que isso, nós estamos rasgando aqui, Srs. Vereadores, todos os dias, a Constituição brasileira através de manobras. A Procuradoria da Casa já disse no parecer que o projeto é inconstitucional. Eu vou ler o parecer da Procuradoria, diz o seguinte: “Contudo o conteúdo normativo da mesma destinado a regular o regime jurídico e provimento de cargos públicos, vênua concedida, incide em violação do disposto no art. 94, inc. VII, letra b, da Lei Orgânica, que atribui competência privativa [Privativa!] ao Chefe do Poder Executivo para iniciativa da matéria”. Ou seja, quem regulamenta, quem regula, quem cria, ou quem

desfaz a estrutura do seu Poder, que é o Executivo, resguardado o princípio da autonomia e da independência dos Poderes, é o Chefe do Poder Executivo! Vem aqui fazer demagogia... e vem desmerecer o Legislativo, porque amanhã ou depois está no jornal, como estava hoje, e como estará depois de amanhã, que os Vereadores estão defendendo os CCs, que os Vereadores não querem a diminuição da máquina pública, como se ela fosse a esposa de Ló, a vestal do templo, que tem toda a condição de fazer todas as críticas, a correta, como se o PT estivesse revestido, então, desse manto sagrado da absoluta verdade, da rigidez, da correção. É o tipo, meu caro Diretor Legislativo, meus queridos servidores da Câmara, de projeto que desmerece a nós todos, que, dos muros desta Casa para fora, desqualifica a política. Porque a demagogia é um dos defeitos da política, daqueles que fazem uma coisa quando são oposição e que fazem outra quando são Governo. E das outras manobras, porque isso aqui nem tramitou pelas Comissões, foi fruto de uma reunião conjunta aqui, e passou assim. E se depois passam esses outros, os Vereadores vão lá para a rádio... Aliás, quero fazer um registro. Meu querido amigo André Machado fez um comentário absolutamente infeliz hoje, dizendo que se a questão das passagens voltar para a Câmara, vai retomar a história da corrupção aqui na Câmara. Eu espero que o André não esteja se referindo aos tempos do nosso saudoso e querido Ver. Dilamar Machado, que eu tenho certeza, era um homem correto e digno, talvez naquele período acontecesse esse tipo de coisa aqui na Câmara. Eu tenho certeza que hoje não aconteceria e que os Vereadores não se prestariam a esse tipo de coisa. Está no momento de nós resgatarmos a política como objetivo único da construção do bem comum e do resgate da dignidade, da cidadania, da vida das pessoas. E não esse tipo de coisa que, volto a dizer mais uma vez, desmerece a nossa atividade e desconstitui a própria política. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Eu queria saudar a presença do Ver. Cristino, do Solidariedade de São José do Norte. Muito nos honra a sua presença. Seja bem-vindo à Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Leve o nosso abraço a todo o povo do Norte.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, colegas Vereadores, vou ser muito breve, até para não dar passarela para quem não merece. Temos que dar passarela para aquelas pessoas que querem ser sérias, que querem trabalhar para o povo de Porto Alegre.

Estou impressionada com o tempo que se perde nesta Casa Legislativa com um projeto que é inconstitucional. Querido Vereador, não vou falar nomes porque disse que não ia dar passarela para quem não merece, mas para quem mereceria deveria dar, o tempo que nós estamos perdendo aqui é um tempo caro, porque os nossos eleitores esperam de nós o fazer, a atitude, e não ficar falando em cima de uma coisa que nem

existe, gente, que é inconstitucional! Mais impressionada ainda que, por um acordo das comissões, esse projeto está aqui. As comissões têm que ter um olhar mais sério, um olhar mais apurado para que essas coisas não venham aqui e para que não percam tempo com coisas que não vão dar em nada. Os milhares de porto-alegrenses esperam de nós, caros colegas Vereadores, atitude, esperam fiscalização, esperam que façamos, que paremos com demagogia. Alguns Vereadores estão querendo sensacionalismo, querem ser midiáticos, e daqui a pouco alguém vai tirar, desses que se fazem, fotos dessa votação, desse placar aqui, para amanhã botar no jornal meias verdades, dizendo que a maioria dos Vereadores que estão aqui é contra a diminuição dos CCs, demonizando esses CCs que trabalham, seja na Prefeitura, no Legislativo ou no Judiciário. Chega, gente, eu nem vou falar mais no mérito aqui deste projeto, mas eu vou dizer assim: vamos ser sérios, vamos fazer debates, discussões que sejam sérias em respeito aos porto-alegrenses que esperam desta Casa e de todos os Vereadores que estão aqui um trabalho sério, pautado em cima de coisas plausíveis e constitucionais. Não vamos rasgar a legislação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, não só eu, mas quem está nos assistindo em casa, os nossos ilustres visitantes, a quem saúdo, devem estar com um certo grau de perplexidade desta Casa estar desperdiçando dinheiro público nesta Sessão absolutamente inútil, de um projeto inconstitucional que vai ser igualmente derrotado. Por isso eu tinha retirado a minha inscrição, mas a retomei, porque me senti na obrigação de registrar aqui a minha indignação, mas minha indignação com a hipocrisia. Eu presidi uma fundação no Estado – e isso posso falar com autoridade – e não me servi de um único CC, porque eu entendia que, naquela fundação, eu não precisava dos CCs. Eu tive dois diretores e todos os cargos de chefias exercidos em Função Gratificada. Como parlamentarista que sou, entendo que os Cargos em Comissão têm uma importância fundamental para oxigenar a administração, porque quem decide o destino do Estado é a política. E os CCs são o respiro, o ar da política na administração pública, que tem que ser necessariamente técnica. Então, presidi essa fundação que tinha, na época, cerca de 50 funcionários. Não deu um mês, o Governo Tarso Genro colocou nessa fundação 42 CCs, quase o mesmo número, Ver. Mauro Pinheiro, de funcionários da Casa. Então, eu fico admirado como a ideologia – estava lendo até um texto do Papa Bento XVI, recentemente – é pernicioso, como a ideologia prejudica o bem comum. O sujeito que age só de acordo com a sua ideologia não está se importando, não está preocupando com nenhuma consequência, com nenhum efeito, Ver. Fecha Negra, ele quer usar a tribuna como uma vitrine, como um

palanque. Tem gente em casa assistindo a esta discussão há 50 minutos, há uma hora, a discussão inútil de um projeto que é inconstitucional. Agora, o que mais me admira é a hipocrisia! Porque o PT, Sr. Presidente, é uma nuvem de gafanhotos: por onde passa destrói, por onde passa estraga. Foi assim no Governo Federal: bilhões, bilhões de dinheiro público, de recurso do povo brasileiro levados para o exterior, na corrupção.

Agora, o mais grave, Ver. Pujol: ninguém, na história dessa República, aparelhou tanto o Estado como o PT! Ninguém na história a República e do Estado do Rio Grande do Sul tentou, com essa inspiração totalitária que move a política deste partido, se apossar do estado e aparelhar o estado com tantos CCs! O PT teve mais de mil cargos em comissão no Governo Tarso Genro, mais de mil cargos acima do que tinha o Governo que o antecedeu. Agora, eu duvido muito, se o PT, Vereadores, estivesse no Governo Municipal, se o PT estivesse no Governo Estadual, Ver. Cecchim, ou no Governo Federal, que estaríamos ouvindo esse discurso aqui contra os CCs. Eu duvido muito! Se tem uma coisa de que o PT entende é de CCs! Sempre se apossando do estado a serviço do partido e da sua ideologia.

Então, quero deixar para você que está assistindo em casa o meu registro, nós vamos encaminhar para rejeitar este projeto, absolutamente inconstitucional, deixando aqui o nosso protesto não só por essa entediante aula de hipocrisia que nós tivemos aqui hoje, encaminhando o nosso voto pela legalidade e pelo estado de direito na rejeição deste projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLL nº 224/16.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu vou recuperar aqui, Ver.^a Sofia, uma emenda que V. Exa. apresentou, no dia 02 de janeiro, quando nós votamos aqui, em Sessão Extraordinária, a reforma administrativa. Àquela emenda até votei favoravelmente, porque era uma emenda que perseguia, na reforma administrativa, a redução dos cargos de confiança em 30%. Mas aquela tinha um outro propósito, porque visava incorporar, ao espírito da reforma que o Prefeito Marchezan apresentou, a redução e o enxugamento da máquina pública, e, por consequência a racionalização do gasto público. Alguns Vereadores até me questionaram por que eu votei a favor da emenda da oposição, da Sofia, do Partido dos Trabalhadores. E eu disse que voto a favor de qualquer projeto que fale em redução de CCs, seja ele do Partido dos Trabalhadores, do PSDB, do meu partido, o PMDB, desde que não afronte tanto a Lei Orgânica como os dispositivos constitucionais. E sabe o que eu acho mais difícil, Ver. Mendes? É que o projeto, pela análise do processo legislativo, fruto de uma parecer de uma reunião conjunta de Comissões... Nós temos que aprofundar aqui o controle de constitucionalidade do processo legislativo. Porque o controle de constitucionalidade do processo legislativo não pode se submeter a nenhuma reunião conjunta de Comissões, principalmente quando matérias geram

dúvidas se são competências concorrentes ou privativas, do Executivo ou do Legislativo, e geram uma discussão. O Presidente Cassio me disse que sou o 17º Vereador inscrito a discutir essa matéria. E sabe qual o efeito, quando deliberarmos definitivamente? Possivelmente há uma tendência de rejeição ao projeto. Amanhã, seja pelas redes sociais ou pelos veículos de comunicação, vão dizer que os Vereadores que rejeitaram a proposta são contra a redução dos CCs na Prefeitura de Porto Alegre. E aí reside aquilo que já foi dito aqui: demagogia e práticas políticas que são reprováveis.

Quero deixar aqui uma sugestão para que esta Casa tenha juízo sobre a análise da redução dos CCs. Nós temos uma lei aprovada agora no dia 2 de janeiro que, certamente, nos 120 dias que nós aprovamos, deve tratar deste tema. Eu confio, Ver. Janta, Líder do Governo, que o Poder Executivo, quando encaminhar a segunda etapa da reforma administrativa, vai contemplar, no seu conteúdo, a redução do número de cargos de confiança, que foi corolário para as mudanças que vão ser promovidas na Cidade na campanha eleitoral, isso dito pelo Prefeito. Então, vamos esperar uma discussão concreta, real, que vá resultar no atendimento a um consenso da sociedade no sentido de que temos que reduzir o número de cargos de confiança, mas não só os cargos de confiança; temos que reduzir o gasto público de um modo geral. E a segunda etapa da reforma administrativa, sem dúvida alguma, vai tratar deste tema. E também vamos aguardar a apresentação do Plano de Metas do mês de abril, que é uma previsão da Lei Orgânica promulgada por esta Casa em 2015 e que esta gestão vai ser a primeira a experimentar. Esperamos que também no Plano de Metas que o Governo Municipal eleito vai apresentar a esta Casa estejam contempladas as teses de redução do número de CCs. Então, acho que, para que a gente tenha juízo, vamos analisar redução de CCs naquilo que é efetivamente permitido tanto pela Lei Orgânica quanto nos aspectos constitucionais. Então, sugiro que as discussões e encaminhamentos que se façam ainda a respeito deste projeto sejam nesta linha, confiando sempre que o Poder Executivo vai cumprir com a sua promessa de campanha, que é reduzir a máquina pública, sendo que um dos itens fundamentais é a redução dos cargos comissionados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 224/16. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 224/16, como autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro eu quero lamentar profundamente argumentos que dizem que aqui tem gasto de dinheiro público em assuntos inúteis. Eu poderia responder que dá para resolver isso baixando o subsídio do Vereador, tornando o Vereador mais barato. Eu faço uma outra conta.

Outros vêm aqui e chamam de demagogia, o que eu entendo que é responsabilidade com o Poder Público e com as finanças do Município, porque, Ver. Camozzato, nós ouvimos o Secretário da Fazenda que tem um déficit mensal de R\$ 560

a R\$ 70 milhões. Eu espero que esta Câmara não aguarde uma hecatombe ou um projeto de lei que venha a retirar direitos dos funcionários, que venha para cá para resolver um problema de um suposto déficit da Prefeitura. Eu espero que esta Câmara discuta alternativas e se apresente à Cidade. E eu fico tranquila, por um lado, porque a Cidade está escutando isto aqui, está ouvindo, vai ouvir, vai repetir muitas vezes esta Sessão e vai poder, se tem mérito neste debate, conhecer os Vereadores e as Vereadoras e ver como eles se posicionam. Se, falo para a população, meu projeto de lei que nasceu no ano passado do debate eleitoral foi perda de tempo? O debate eleitoral foi muito intenso e muitas vezes se discutiu o número de Ccs nesta Casa – muitas vezes! Nesta Casa não, na Casa aqui nós nem discutimos ainda, algumas coisas nós vamos discutir. Eu quero lembrar a Vossas Excelências que a Lei Orgânica diz, o Ver. Marcelo já leu, só que ele não é professor e não leu de forma declarada como eu: os assuntos de competência sobre os quais cabe à Câmara Municipal dispor, com sanção do Prefeito, são especialmente... Cabe à Câmara dispor! O que significa dispor? Eu discordo da Procuradoria da Casa. Eu posso discordar? Eu discordo. A visão da Procuradoria da Casa, colega funcionário municipal não leva em consideração o inc. IIX: dispor sobre a criação, transformação, extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação de remuneração dos servidores do Município, inclusive da Administração Indireta, observados os parâmetros da lei orçamentária. Então cabe a esta Câmara dispor sobre, e eu estou propondo que disponhamos sobre isso um parâmetro. E todos que aqui vieram criticar o número de CCs no governo estadual e federal, eu conclamo, uma vez que criticam – conclamo! –, votem a favor de um parâmetro baixo! Porque, se criticam o PT, porque vão repetir o erro. Ver. Professor Wambert, não repita o erro do PT, vote para reduzir CC; Ver. Valter, não repita o erro do PT. Porque vêm aqui criticar o PT e não querem reduzir CC e não querem botar parâmetro, e a hipocrisia ou a demagogia é minha. Não, só um pouquinho, eu aceito a crítico ao Partido dos Trabalhadores, posso fazer autocrítica, mas de todos que criticaram aqui, eu quero voto para reduzir CC. Eu quero prática, por que, senão, é demagogia. Se essa lei aprovada e nós reduzirmos 600 CCs na Prefeitura, multiplicando por uma média de R\$ 4.000,00, nós teremos uma economia mensal de 2.400.000,00 mensais. Quero repetir isso para a população de Porto Alegre. Nós estamos insistindo; a oposição, o PT, fez a sugestão de redução de 30%. A candidata do PSOL iria reduzir 70%; o Prefeito Marchezan disse que iria reduzir 30%, e tem mais de 800 CCs hoje. Ele não reduziu nenhum cargo, reduziu só os cargos de secretário de algumas secretarias. Esses CCs não foram extintos, eles não estão, talvez uma parte, nomeados, mas não foram extintos. Se essa lei, que dizem que é inútil, que é demagógica, for aprovada...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...ela poupará aos cofres públicos R\$ 2.400.000,00 por mês. Eu gostaria de dizer que essa é uma contribuição que nós

queremos fazer, porque, sim, está exacerbada a criação de CCs. Nós tínhamos em torno de 500 CCs no final do Governo Verle, e hoje é mais do que o dobro. Isso mostrou problemas seriíssimos na Carris, na EPTC, na Procempa, nas empresas, sem falar no peso.... Está no jornal Zero Hora, a que vocês tanto gostam, uma página inteira mostrando o valor de gratificação sobre gratificação de CC. Então é uma alternativa oferecida por esta Vereadora, não é uma demagogia. E todos que criticam o PT, votem a favor para reduzir CCs.

(Não revisado pela oradora)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 224/16.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde senhoras e senhores, então continuando com o debate, a Ver.^a Sofia Cavedon e o Ver. Marcelo Sgarbossa citaram o art. 56 da Lei Orgânica Municipal. O art. 56 fala sobre os assuntos de competência do Município sobre os quais cabe a Câmara Municipal dispor com a sanção do Prefeito. A Lei Orgânica é muito clara, cabe à Câmara dispor, e não iniciar. Isso se chama, no processo legislativo, vício de iniciativa. Então eu imaginava que o PT estando há tanto tempo na Câmara Municipal, há tanto tempo no poder, tendo já presidido este país, entendesse que separação de Poderes essencialmente é respeitar a Constituição e o que cabe a cada parte. Então, Ver.^a Sofia Cavedon, quando a senhora fala que o NOVO e eu somos totalitários por defender a separação de Poderes, eu digo que o NOVO defende a Constituição, totalitarismo é desrespeitar a Constituição para impor vontades, que é o que a senhora está fazendo, insistindo aqui e desperdiçando recursos públicos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 224/16.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Ver.^a Sofia disse que apresentou esse projeto durante as eleições. Devem ter sido eleições em outro País, porque ela apresentou este projeto no dia 13 de outubro, então já estava fora das eleições, porque se fosse das eleições, teria apresentado esse projeto em setembro, prevendo já que talvez seu Partido tivesse ganhado as eleições e valesse essa regra. Também poderia constar neste projeto algo que o nosso Governo vai fazer: a meritocracia para as FGs, coisa que o projeto não fala, só fala em CC. Nós estamos fazendo o que assumimos na campanha, e já pedimos a esta Casa quando insistiram na questão do projeto dos CCs e vamos pedir de novo aos novos Vereadores, pedir aos Vereadores que aqui se encontravam na outra legislatura, que dê o prazo que o Governo pediu, de 120 dias, que nós vamos fazer a reestruturação do Município. E na

reestruturação do Município, nós vamos provar que não é só discurso, nós vamos fazer a readequação dos cargos em Comissão, assim como vamos fazer das FGs. Quando a Ver.^a Sofia usa a imprensa golpista como exemplo, deve lembrar que a imprensa golpista fala também das FGs, as funções gratificadas; deve lembrar também que nós temos mais coisas para fazer. Acho que questão do teto dos servidores, que nós vamos trazer para esta Casa para discutir. Então, tem muita coisa que nós vamos trazer, não é só os CCs. Nós queremos estipular o teto, vinculando ao salário do Prefeito. E vamos trazer esta discussão para esta Casa. E, no final do ano passado, os Pares devem estar lembrados, que nós já atuando aqui nesta Casa pedimos que não votem o projeto do ex-Prefeito, porque nós achamos que tem que ter um teto vinculado ao salário do Prefeito. Então, nós estamos fazendo a lição de casa. O que cabe ao Executivo, o Executivo está fazendo. Então, nós encaminhamos, pedindo aos Nobres Vereadores que rejeitem esse projeto, porque nós já estamos cumprindo as metas propostas em campanha, vamos cumprir muito mais do que achamos que é necessário e, com certeza, vamos fazer uma Porto Alegre voltada para as pessoas, uma Porto Alegre onde o dinheiro será investido na Saúde, na Educação e numa Prefeitura que funcione para as pessoas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 224/16.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu quero que nós votemos rápido, então, vou usar aqui, no máximo, dois minutos. Mas falo aqui em nome da nossa Bancada, para dizer que vamos cobrar, sim, a redução dos CCs, conforme prometido na campanha. Não há dúvida. Só que isso não é competência da Ver.^a Sofia, como não é competência de nenhum de nós. É competência, como bem disse o Ver. Camozzato, lendo aqui, há um vício de iniciativa, é competência privativa do Chefe do Poder Executivo. Agora, eu me arrepiei, porque o Dr. Paulo Brossard, saudosa memória, constitucionalista, Ruy Barbosa, Pontes de Miranda, Hely Lopes Meirelles, todos os constitucionalistas, administrativistas, devem ter dado voltas e mais voltas, onde quer que Deus os tenha, quando a Ver.^a Sofia Cavedon se arvorou aqui de Mestre em Direito Constitucional para dizer que ela discorda do nosso douto Procurador e discorda de todos os constitucionalistas brasileiros. De todos os constitucionalistas! Então, ela vai fundar aqui... Eu acho que nós vamos ter que fazer, inclusive, uma sabatina aqui, porque ela vai ser indicada por nós para o STF. Vai ter que ser indicada para o STF! Só pode. Ela aceita, claro que ela aceita. Não há dúvida nenhuma de que aceita. (Palmas.) Então, a nossa nova constitucionalista aqui. Srs. Vereadores, de novo, um momento de descontração, mas aqui, Ver.^a Sofia, se fosse verdadeira a sua intenção, a senhora teria protocolado isso antes do primeiro turno da eleição do ano passado, como a senhora disse. A senhora protocolou no dia 13 de outubro, quando já tinha passado a eleição, portanto o PT não tinha mais compromisso nenhum com isso, nem

com esse discurso. Aí disse assim: “Vale para os outros, mas não vale para nós, nós já não estamos mais. Então, eu vou botar.” No dia 13 de outubro, ela protocolou. Já tinha passado a eleição; então, não precisa dizer mais nada. É óbvio que tudo isso, de novo, mais uma vez, entra naquela velha seara daquilo que a gente precisa fugir da política que é da demagogia e que tanto tem nos desacreditado perante a opinião pública. Pego uma coisa, que é lugar comum, que todo mundo quer, que o povo na rua quer, que diminua o tamanho do Estado, que diminua o número de CCs e aí, então, quer se segurar uma bandeira ali no meio do largo da Praça XV, para dizer: “Eu sou o novo Jânio Quadros do Brasil, eu estou aqui com a vassourinha na mão, quero varrer os CCs e quero consertar a política, porque eu sei o que tem que fazer!”. Só que o partido dela, quando estava no primeiro turno e antes, não fez. Nem quando governou, também nunca fez, como bem disse o Ver. Professor Wambert, atuou como nuvem de gafanhoto, por onde passou, ocupou todos os espaços e de onde saiu, deixou terra arrasada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 224/16.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Vereadores, Vereadoras, eu não viria aqui falar, mas, ouvindo a Ver.^a Sofia, que fez uma defesa tão valente do seu projeto, tive que vir à tribuna para cumprimentar a Ver.^a Sofia, porque precisa ter coragem! Precisa ter coragem para vir neste microfone defender um projeto tão claramente equivocado, tão claramente com vício de iniciativa. Olha, eu fiquei até envergonhado. A Vereadora tem quase 15 anos de mandato, sabe perfeitamente, inclusive aqui está o “ciente” dela de que o projeto tem vício de iniciativa. Ela o trouxe para parecer conjunto, que terminou empatado; normalmente a gente aprova um parece conjunto, não é Vereador? Esse terminou empatado, porque nem as Comissões, em conjunto, quiseram aprovar. Então, fico muito triste, Ver.^a Sofia, realmente a senhora tem muita coragem. Que coragem, defender um projeto tão ilegal, fazer 36 Vereadores perderem seu tempo, funcionários perderem seu tempo, assistência perder seu tempo, nossos telespectadores da TVCâmara perderem seu tempo. Mas uma coisa eu gostei muito, Ver. Cecchim: a Ver.^a Sofia tem 15 anos de experiência, evidentemente ela sabe que este projeto é ilegal, mas eu fiquei muito contente de ver o Ver. Matheus Ayres, iniciando seu mandato, explicando para a Ver.^a Sofia o que é um projeto legal, o que a Câmara pode ou não pode fazer. Vereadora, faz favor! Parabéns Ver. Matheus Ayres por explicar à Ver.^a Sofia, com 15 anos de experiência, o que é um projeto ilegal, inconstitucional e, portanto, com vício de iniciativa. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 224/16.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Nesta discussão toda jurídica, digamos assim, aparentemente neutra, aparentemente técnica, eu lembrei aqui do Ver. Delegado Cleiton, presente na legislatura passada, que chegou a citar aqui na tribuna que o Tribunal de Justiça do Estado tinha um setor de jurisprudência em que os advogados chegavam e perguntavam se tinha jurisprudência sobre tal assunto, e o servidor perguntava: “Contra ou a favor? Se quiser contra, eu tenho contra; se quiser a favor, eu tenho a favor”. Eu não estou dizendo que tudo, então, é relativo, que tudo está relativizado na área jurídica, mas aqui eu trago, além da Lei Orgânica – já que falamos bastante sobre a Lei Orgânica –, o projeto, apenas para lembrar os nossos telespectadores aqui. O Ver. Nedel traz aqui o ciente da Ver.^a Sofia no parecer da Procuradoria. Eu tive vários projetos em que o parecer da Procuradoria foi contrário; depois, o projeto foi aprovado aqui e sancionado pelo Prefeito com parecer favorável na Procuradoria do Município. Então só para embasar aqui que um parecer é um parecer. A Ver.^a Sofia deu ciente ao parecer, ela ficou ciente à tramitação da Casa; não é que ela tenha concordado com o parecer. Então, Ver. Nedel, aqui tem uma falácia que acaba pegando algum telespectador que nos assiste um pouco desprevenido.

Vamos, então, ao art. 94 da Lei Orgânica: compete privativamente ao Prefeito. Primeiro, eu perguntaria: nós estamos, com o projeto da Ver.^a Sofia, criando cargos? Não, nós estamos colocando aqui um patamar máximo. O que compete ao Prefeito, privativamente, de acordo com a alínea c, inciso VII, é a criação e o aumento da remuneração de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica. Então é verdade; quem subiu aqui e disse que compete privativamente ao Prefeito criar cargos está coberto de razão, não tem nenhuma dúvida, está aqui escrito na Lei Orgânica. Competência privativa do chefe do Executivo em criar cargos. Pergunto: o projeto está criando cargos? Não, não está criando, está colocando um patamar máximo nos cargos. Antes, li aqui outro artigo que dizia justamente que compete à Câmara apreciar a criação de cargos, que é o que nós estamos fazendo, estamos traçando uma linha geral, não estamos criando despesas. Se nós tivéssemos criando cargos, aí estaríamos invadindo a competência privativa do Chefe do Executivo. Estou colocando que acho ruim fazermos uma discussão apenas jurídica. Quero trazer alguns elementos, porque as certezas jurídicas que saem dessa tribuna talvez não estejam tão certas assim. No mínimo, caberia a dúvida, porque também na área do Direito - como disse no início ilustrando a questão da jurisprudência - nós temos várias formas de interpretação do mesmo artigo de lei que estamos citando aqui. Realmente, o que fica ao fim e ao cabo é que abriremos o painel para votar se limitamos ou não a quantidade de CCs no Município.

Se o Prefeito depois numa análise jurídica ou política quiser vetar que o faça, e voltará para esta Câmara com o parecer do atual Prefeito sobre o tema. Mas aí, sim, teremos a oportunidade de entender a posição do Prefeito em primeira pessoa.

Então, eu convido os Vereadores e Vereadoras para sairmos dessa discussão centralizada, como se fosse uma verdade jurídica que vai nos balizar, para termos uma opinião política que também é jurídica sobre o assunto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o PLL nº 224/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 05 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

O SR. MENDES RIBEIRO: É regimental, todos os Vereadores podem discutir a matéria, mas pelo visto, sumiram 16 Vereadores para falar que o projeto é inconstitucional. Não sou contra o mérito, sou a favor da diminuição dos CCs, mas não posso votar em um projeto inconstitucional, e evitar um desgaste para esta Casa, porque é visto que esse projeto vai para o Executivo e vai voltar com o Veto Total. Então, por causa disso, eu voto não ao Projeto.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA (Requerimento): Sr. Presidente, eu solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, votar a Indicação nº 016/16. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Passo ler a Declaração de Voto (Lê:)
“Encaminho meu voto pela reprovação do projeto de lei nº 224 de 2016 pelas seguintes razões: Ainda que se trate de matéria meritória, no sentido de limitar a contratação de cargos em comissão por parte do Poder Executivo Municipal, a proposta em epígrafe fere claramente os princípios de separação de poderes e a Lei Orgânica do Município. A lei orgânica municipal delimita, na esteira da Constituição Estadual e Federal, matérias cuja iniciativa legislativa é privativa do Prefeito. O art. 94 prevê a iniciativa privativa do Prefeito nos projetos de lei que disponham sobre a estrutura e organização da administração municipal e o provimento de cargos, funções e empregos.”

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLL nº 156/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 156/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, utilizo o microfone de apartes na condição de Presidente da CEDECONDH, porque na última reunião nós tivemos o tema da chamada Lei das Carroças. Mas, na verdade, tramita um projeto para prorrogar novamente o prazo de proibição de circulação das carroças. Uma das deliberações da reunião da Comissão era que, na reunião de Líderes – não foi possível hoje pela manhã –, se tratasse do assunto, porque nós temos uma situação muito concreta: dia 10 de março termina o prazo que foi estendido o ano passado. Portanto, depois dos vetos, caso o Executivo também se posicione favorável à prorrogação, deverá haver um conjunto de esforços para deixar o projeto apto a ser votado até o dia 10 de março, sob pena de a Prefeitura estar incorrendo numa ilegalidade, ou seja, chegar o dia 10 de março com a proibição da circulação de carrinhos na Cidade – as carroças já estão proibidas –, e a lei não ser cumprida. Quero deixar o registro, para que, na próxima reunião de Líderes, se trate desse tema, uma vez que o Executivo já deverá ter uma posição. Obrigado.

INDICAÇÃO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

IND. Nº 016/16 – (Proc. nº 0745/16 – Ver. Tarciso Flecha Negra) – ao Governo Municipal, que sugere “regulamentar e implementar a Lei Municipal nº 11.188, de 4 de janeiro de 2012, que obriga os estabelecimentos bancários situados no Município de Porto Alegre a instalarem, em seus caixas de atendimento, box ou dispositivo que impossibilite que a operação realizada pelo cliente seja visualizada por outras pessoas”.

Observação: adiada a votação por uma Sessão em 16-02-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 016/16. (Pausa.) O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 016/16.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; esta Indicação trata de uma urgente necessidade de regulamentar e implementar a Lei Municipal nº 11.188/12, que obriga os estabelecimentos bancários a instalarem, em seus caixas de atendimento, *box* ou dispositivo que impossibilite que a operação realizada pelo cliente seja visualizada por outras pessoas, buscando assim a melhoria da segurança da população. Diariamente, acontecem diversos crimes; eu, que moro no Centro, recebo diversas reclamações. Pessoas infiltradas no interior das agências ficam à espreita, observando todas as transações entre caixa e usuário, passando informações a outros criminosos que estão do lado de fora, esperando para seguir a vítima e roubar, o que vem ocasionando inúmeros assassinatos em nossa Capital. É bom lembrar que muitos crimes podem e devem ser evitados por meio de ações que venham a inibir os seus acontecimentos. Sabendo da insegurança que a

população porto-alegrense passa a cada dia, não podemos nos omitir; temos por obrigação sanar esses crimes com o máximo de urgência, por meio de mecanismos que possam diminuí-los, pois são fatos de extrema relevância e de interesse social. Neste ano, a partir do mês de março, teremos o saque das contas inativas do FGTS, e os alertas para o cuidado no momento do saque já estão sendo feitos pelas autoridades competentes e pela mídia. Talvez se essa lei, que foi aprovada em 2012 por esta Casa Legislativa, já estivesse implementada na cidade de Porto Alegre, a segurança da população estaria intensificada, mas é uma pena que essa não seja uma realidade. Sabemos que não conseguiremos com essa lei acabar com o crime, mas podemos, sim, diminuir um pouco essa violência que assola a nossa Cidade, Ver. Mauro Pinheiro. Por isso, peço ao Executivo a regulamentação, a implementação dessa lei, que vem a favor do bem-estar social, como a aprovação pelos novos Colegas, para o bem-estar da população. Essa lei é de 4 de janeiro de 2012, e o povo está só pedindo a fiscalização, a regulamentação para que possa sacar o seu dinheirinho. E quando digo dinheirinho é o salário, que já é pouco, mas que para o povo é muito, e lá fora é achacado. Este é o pedido de um Vereador que convive naquele centro e sabe das dificuldades que o nosso povo passa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 016/16.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu venho aqui dizer ao amigo, ex-colega Tarciso, que vou votar a favor do seu requerimento, mas eu preciso dizer também que a maioria dos senhores e das senhoras têm ido às agências e já existe um biombo lá que é de uma lei estadual minha. Está ficando muito bonito, aqui na Casa não tem, inclusive aqui já houve dois assaltos. Eu, em outra oportunidade, vou mostrar para vocês como estão ficando as agências: muito bonitas. Não fomos nós que inventamos – os bancos têm que fazer. Naquela oportunidade, quando eu fiz a lei, o presidente do Banrisul era o presidente da Federação dos Bancos aqui no Rio Grande do Sul, e teve um prazo para estabelecer que os bancos colocassem esse biombo. No meu bairro, em quase todas as agências já têm o biombo, uma separação entre aqueles que vão tirar o dinheiro e os caixas, o que dá uma segurança enorme. Isso não invalida a ideia do Tarciso, que teve uma boa intenção, é um belo projeto, mas já existe o *layout*, o biombo nas agências, e naquelas que porventura não tenham, na Capital, terá que ser colocado. O Banrisul eu sei que está bem adiantado com relação aos outros bancos. E a lei diz o seguinte. Primeiro, Porto Alegre. Nos Municípios com mais de 1 milhão de pessoas, que é o caso de Porto Alegre, especificamente no Rio Grande do Sul, a adoção das medidas previstas deverá ocorrer... Houve um prazo para os bancos colocarem. Na sequência, em todo os Estado. Nos Municípios com 1 milhão a 300 mil habitantes teria outro prazo, que já começou a contar; e nas cidades com população inferior a 300 mil, a adoção das medidas ficou

facultativa. Portanto, lá, os seu Vereadores vão propor, baseados nessa lei estadual, que naqueles Municípios se coloque. Então, quero dizer ao Ver. Tarciso que uma coisa não prejudica a outra. Mas os bancos já estão colocando esse biombo e, automaticamente, estamos fiscalizando, o Ministério Público está fiscalizando e exigindo que a lei seja cumprida naquele estabelecimento que, por ventura, não tenha colocado ainda.

Portanto, Tarciso, vou votar favoravelmente à tua Indicação, uma coisa não invalida a outra, a segurança é sempre uma questão que nós devemos estabelecer metas. Já estou fazendo um projeto também para os caixas eletrônicos, que é uma sequência desse projeto para Porto Alegre. Então, votaremos favoravelmente às medidas que o Tarciso requer para a Prefeitura, para, quem sabe, o mesmo objetivo se atinja: se fiscalize e dê tranquilidade ao cliente nas agência.

Tarciso, nós somos parceiros, companheiros de muito tempo. Dizem que o político é o mais ciumento de todos da face da Terra, eu acredito que não, desde que tenhamos o senso público, entendamos que qualquer projeto, até de natureza global, seja bom para todos nós. Quando votamos aqui, não votamos um projeto, Vereador, votamos um projeto da Cidade, para Cidade, de 36 Vereadores, ou rejeitamos. Então, temos que ter esse objetivo e essa visão, sempre olhando à frente, por isso, vamos votar favoravelmente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 016/16, pelo Governo.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; pessoas que nos assistem aqui e pela TVCâmara; Ver. Tarciso, eu não poderia, de forma alguma, deixar de utilizar a tribuna para dizer que nós estamos vivendo uma situação de calamidade pública. Nós estamos à mercê da bandidagem. Nós estamos amedrontados, acuados, só um lado avança neste Estado, o da bandidagem. O salário dos nossos brigadianos é o pior do Brasil, temos o menos número de efetivos. Não precisamos ir longe, olhamos para o Estado de Santa Catarina e assistimos um projeto de segurança pública injetando mil novos policiais militares no quadro, pagando o segundo melhor salário do Brasil, aplicando um superplanejamento econômico para que a segurança seja prioridade no Estado, e assim reduzindo consideravelmente os números do avanço da criminalidade. E a sua Indicação, neste momento, chega em boa hora. Eu acredito que todas as ações, a união de forças é que vai poder ganhar essa guerra. Nós estamos perdendo a guerra e não podemos ficar, em hipótese alguma, como meros espectadores. Eu não aguento mais levantar de manhã e ver 40 assassinatos no Rio Grande do Sul num fim de semana! O fim de semana mais violento desde 2014. Bandidos atacam na Serra e na Capital. Violência bate recorde no Rio Grande do Sul! Medidas prometidas não estancam a criminalidade. Morre Coronel da reserva do Exército baleado em assalto, em Porto Alegre – pasmem ! –, sem reagir! Foi alvejado ao ter o seu carro roubado. Quantos anos de vida são perdidos na expectativa de vida

dos homens gaúchos? Ou seja, até isso já está sendo afetado. As estatísticas pelas mortes precoces. Então, Ver. Tarciso, conte com o meu apoio irrestrito! E todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa que entrarem com qualquer tipo de indicação, projeto, que tenha como objetivo trazer segurança – obrigação do Estado! –, direito do cidadão de bem de ir e vir, eu serei parceira nesta tribuna e em todas as mídias de que participar – falada, escrita, todas. Porque o Rio Grande do Sul está apático, não tem projeto de segurança pública. Aliás, ousou dizer que nossos governantes só priorizam segurança pública, todos, só em discurso de campanha. Depois, quando assumem o poder, esquecem. São famílias destruídas, vidas perdidas, é inexplicável, é triste. Todos nós queremos uma ação dos nossos governantes pelo bem maior que é a vida. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 016/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Aprego o PLL nº 040/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein e outros; e o PLL nº 025/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h08min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2801/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 286/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Irmão Antônio Cecchin o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil, Setecentos e Noventa e Sete, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 0608/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/17, de autoria da Mesa Diretora, que altera o § 3º do art. 219 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispendo sobre convocação de suplente.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0282/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 010/17, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que denomina Rua Sérgio Iglésias Barcellos o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis Mil e Cinquenta e Um, localizado no Bairro Lomba do Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, eu queria falar aqui em nome da nossa Bancada, Ver. Oliboni, Ver. Adeli e Ver. Sgarbossa, sobre o tema da segurança.

Acho que a veemência com que a Ver.^a Mônica apresenta aqui a terrível realidade de Porto Alegre, uma das piores cidades do País, falando do aumento do latrocínio absurdo, eu não estou aqui com os dados, mas todos os dados indicam que, a partir do Governo Sartori, tudo piorou no Estado do Rio Grande do Sul. E nós vamos datar e responsabilizar, sim. E não adianta querer caracterizar como exploração política ou demagogia política. No final do Governo Tarso, nós tínhamos 2 mil brigadianos concursados, Ver. Oliboni, para serem chamados e fazerem o curso no ano de 2015. Todos sabem que se não fizerem o curso de formação – que leva um ano -, não tem como colocar o soldado na rua. E o Governador não chamou em 2015, não chamou em 2016, agora que está anunciando os primeiros 600, de 2 mil concursados dois anos atrás. Há redução de custeio, de horas extras, absoluta falta de políticas públicas municipais. E eu falo aqui porque, sim, assumiu um Governo novo, e faz muita diferença e fazem falta políticas municipais voltadas para a segurança articuladas com o Governo do Estado. E Porto Alegre está vivendo a morte em função de roubo: roubo de carro, morte banal, absurda. E é por irresponsabilidade, sim, do Governo Estadual! Eu o acuso aqui e o responsabilizo. Nós vínhamos falando disso há dois anos. O que nos surpreende, nos assusta e nos apavora é que o Governador Sartori falava, há dois anos, em R\$ 9 bilhões de déficit. E hoje, agora, na semana passada, há um mês, anuncia que são só R\$ 180 milhões. O Deputado Lara, as bancadas de oposição vêm avisando, vêm alertando que a negociação Encontro de Contas que Minas Gerais fez sobre a Lei Kandir, Vereadores, que deu que Minas Gerais é credor, é a mesma que o Governador Sartori deveria fazer, porque a mesma ação jurídica que foi impetrada por 12 Governadores em 2013, e entre eles o Governador Tarso Genro exigindo, na Justiça, as contrapartidas da redução que a Lei Kandir impôs aos Estados, essa ação vale para o Rio Grande do Sul também. O Governador Sartori penalizou o funcionalismo, reduziu efetivo na Brigada Militar – nós nunca vivemos o que vivemos de tiroteio como houve novamente, agora, há dois dias, aqui no entorno do Posto de Saúde da Cruzeiro, nós nunca vivemos essa situação de guerra civil, não vivemos isso até o fim do Governo Tarso, não vivemos nem com os Governos anteriores, bom, mudou a situação da crise, da violência? Mas há outros Estados que conseguiram, em parceria com os Municípios,

reduzir a violência. Canoas mostra isso, uma política acertada do Município articulada com o Governo do Estado reduziu, Canoas tem outra condição. Então, é possível evitar a violência, é possível evitar as mortes, há política pública para isso, é necessário que haja. Quem viaja sabe, fui em vários lugares do Brasil, há outro tipo de tranquilidade, tem outro tipo de condição. Em compensação, o que viveu Espírito Santo? Anos de ajuste fiscal, sem reajuste nos salários dos brigadianos, redução de efetivo, de política pública. Então, é consequência, sim, de política pública, não é fatalidade, não é inevitável, e nós exigimos resposta. Aqui há várias Vereadores tomando iniciativas, o próprio Presidente hoje fez uma fala no início da tarde, nós somos parceiros, sim, desde que a gente possa mexer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em homenagem aos novos colegas, eu apenas quero fazer uma referência que, regimentalmente, neste período as manifestações, tem que ficar limitadas aos assuntos elencados na pauta, o que explicaria eu não ingressar no assunto proposto pela Ver.^a Sofia Cavedon nessa disputa particular entre o Partido dos Trabalhadores e o PMDB, que eu, mais ou menos, estabeleço como a briga do roto e do descosido, sem adentrar neste mérito, eu quero aproveitar este período de Pauta exatamente porque hoje transcorre, em 2ª Sessão, o PLL nº 010/17, de autoria do Ver. Dr. Goulart, que denomina a rua Sérgio Iglesias Barcelos o logradouro público cadastrado, conhecido como a rua 6051, localizado na Lomba do Pinheiro. O homenageado, escolhido pelo Ver. Goulart, foi um médico de grande atração na medicina local, comandava uma família, cuja esposa trabalhou e ainda trabalha conosco nos dias atuais, ocupando o Cargo em Comissão no gabinete do Ver. Goulart. Tem filhas com as quais afetivamente me vinculo, por razões muito pessoais, e é alguém cujo passamento foi muito lamentável, porque ele se encontrava na plenitude das suas atividades, como bom profissional que era. Evidentemente que a lembrança do Ver. Goulart, no sentido de homenageá-lo, denominando uma rua na Lomba do Pinheiro com o seu nome, só pode merecer, da nossa parte, o mais amplo e irrestrito apoio, na medida em que, num ato absolutamente normal do Legislativo da Cidade, se reveste dessa singularidade que eu estou a me manifestar. Evidentemente, como conhecedor das regras, sabendo que essa matéria, após o transcurso desse segundo dia de pauta, será encaminhada às Comissões para os respectivos exames, quero desde já me comprometer a acompanhar o seu desenvolvimento de tal sorte que, com a presença, nós possamos ter, muito breve, tão logo possível, concluído o processo e levada a termo a homenagem pretendida pelo Dr.

Goulart, com o qual eu me solidarizo integralmente. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h18min.)

* * * * *